

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
ESPACIAL

Suely Aparecida dos Santos

**ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DO *MAPPA DA COMARCA DO*
SERRO FRIO DE 1778**

Belo Horizonte

2018

Suely Aparecida dos Santos

**ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DO *MAPPA DA COMARCA DO*
SERRO FRIO DE 1778**

Dissertação de Mestrado apresentada
à Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Geografia – Tratamento
da Informação Espacial, para obtenção
do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Morais Castro

Área de concentração: Análise Espacial

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA Geografia histórica
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237a Santos, Suely Aparecida dos
Análise geo-histórica do mappa da Comarca do Serro Frio de 1778 / José
Flávio Moraes Castro. Belo Horizonte, 2018.
88 f.: il.

Orientador: José Flávio Moraes Castro
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial

1. Geografia histórica – Mapas – Serro Frio (MG). 2. Cartografia - Serro Frio (MG). 3. Comarcas - Serro Frio (MG). 4. Rocha, José Joaquim da - 1749-1804. 5. Geografia antiga - Serro Frio (MG). I. Castro, José Flávio Moraes. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 528.912(815.1)

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Suely Aparecida dos Santos

**ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DO MAPPA DA COMARCA DO
SERO FRIO DE 1778**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Espacial

Prof. Dr. José Flávio Moraes Castro PUC Minas (Orientador)

Profa. Dra. Karla Cunha Pádua -UEMG (Banca examinadora)

Profa. Dra. Ana Márcia Moreira Alvim -PUC Minas (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2018.

“(...) a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele”

Marc Bloch

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ser minha fortaleza no cumprimento desta etapa.

Aos meus pais e irmãos por estarem sempre presentes em todos os momentos me apoiando. A minha sobrinha Júlia que me distraia com sua doçura nos instantes difíceis.

Ao meu orientador, professor José Flávio Moraes Castro, pela sua dedicação, e incentivo ao longo do trabalho. Sua crença em mim foi o que me ajudou a superar barreiras.

Ao Daniel, excelente profissional que me ajudou nessa caminhada, me aconselhando e tranquilizando em todas as horas.

A todos os professores que fizeram parte da minha caminhada pelo encantador mundo da Geografia. Em especial a professora Ana Márcia sempre solícita nos momentos que a procurei.

A equipe da secretaria que sempre me tratou com respeito e atenção.

Aos colegas, amigos que fiz durante o mestrado, em especial a Malu pelo seu carinho, preocupação, paciência e grande ajuda em todo o processo.

Enfim, agradeço a meus amigos, familiares, professores e todos que acreditaram em mim e que de alguma forma, me ajudaram a realizar meu sonho. A vocês muito obrigada e meu sincero carinho.

RESUMO

Essa dissertação apresenta um estudo das relações interdisciplinares entre a Geografia e a História a partir do mapa da Comarca do Serro Frio realizado por José Joaquim da Rocha em 1778. A relação espaço e tempo é o elemento norteador da pesquisa que foi enfatizado em todos os capítulos. A História necessita de outras áreas do conhecimento em seus diversos campos investigativos, especialmente da Geografia pois, estas ciências focam respectivamente no tempo e espaço. A pesquisa traz reflexões que perpassam a Geografia Histórica que terá como substancial fonte a cartografia histórica através do mapa. Considerando essa relevância, o objetivo da pesquisa é realizar uma análise geo-histórica do mapa do Serro Frio. Para essa análise utilizou-se da revisão bibliográfica e abordagem contextual a fim de relacionar a produção do mapa com o tempo histórico de seu autor. Os elementos representados no mapa possibilitaram uma leitura da Capitania de Minas Gerais, de sua história e organização espacial, principalmente da Comarca do Serro Frio com suas peculiaridades em relação as demais Comarcas que compunham a Capitania.

PALAVRAS CHAVE: Geografia Histórica, Cartografia Histórica, José Joaquim da Rocha, Comarca do Serro Frio.

ABSTRACT

This dissertation presents a study of the interdisciplinary relations between Geography and History from the map of the Region of Serro Frio by José Joaquim da Rocha in 1778. The relation space and time is the guiding element of the research that was emphasized in all the chapters . History needs other areas of knowledge in its various research fields, especially Geography because, these sciences focus respectively on time and space. The research brings reflections that perpass the Historical Geography that will have as substantial source the historical cartography through the map. Considering this relevance, the objective of the research is to perform a geo-historical analysis of the Serro Frio map. For this analysis we used the bibliographical review and contextual approach in order to relate the production of the map with the historical time of its author. The elements represented in the map made possible a reading of the Captaincy of Minas Gerais, of its history and spatial organization, mainly of the Comarca of Serro Frio with its peculiarities in relation to the other Regions that comprised the Captaincy.

KEYWORDS: Historical Geography, Historical Cartography, José Joaquim da Rocha, Region of Serro Frio.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mappa da Comarca do Serro Frio – 1778, de José Joaquim da Rocha...	15
FIGURA 2 – Roteiro metodológico da pesquisa.....	16
FIGURA 3 – Comarcas da capitania de Minas Gerais no século XVIII.....	48
FIGURA 4 – Mapa de localização da Comarca do Serro Frio – 1778 no Estado de Minas Gerais.....	58
FIGURA 5 – Mapa da Comarca do Serro Frio- 1778, destacando os principais elementos administrativos e eclesiásticos.....	60
FIGURA 6 – Mapa do Distrito Diamantino, Ca. 1693.....	63
FIGURA 7 – Coleção de mapas da Comarca do Serro Frio – 1778, destacando os principais elementos administrativos e eclesiásticos.....	67
FIGURA 8 – Locais de fiscalização em torno da Demarcação Diamantina de 1778....	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Fiscalização da Comarca do Serro Frio em 1778.....	70
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	19
2.1 Relações Interdisciplinares entre História e Geografia.....	20
2.2 Geografia histórica e cartografia histórica.....	28
2.3 Geografia e História no século XVIII.....	30
2.4 Região e paisagem: categorias de análise geográfica.....	32
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS.....	37
3.1 A Sociedade mineradora e sua organização territorial.....	38
3.1.1 Formação social e cultural na região mineradora.....	49
3.1.2 O poder eclesiástico na sociedade mineradora.....	53
4 ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DO MAPPA DA COMARCA DO SERRO FRIO.....	57
4.1 A Comarca do Serro Frio: surgimento e divisão política-administrativa.....	58
4.2 O Distrito Diamantino.....	61
4.3 Elementos administrativos e eclesiásticos presentes na Comarca do Serro Frio em 1778.....	65
4.4 Distribuição das aldeias de gentio, fazenda e estradas no mapa da Comarca do Serro Frio (1778).....	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

A ideia do uso da interdisciplinaridade é uma conduta disseminada no meio acadêmico como promotora de eficaz aprendizagem, já que é perceptível a interdependência existente entre os componentes do universo.

Assim, a Geografia e a História possuem uma notável interdisciplinaridade desde os primórdios destas duas ciências até os dias atuais. De acordo com Barros, “[...] poderemos dizer que a História e a Geografia são duas ondas que já se encontraram e reencontraram inúmeras vezes” (BARROS, 2017, p.10).

Sob este enfoque, a pesquisa que se propõe tem por finalidade reafirmar essa interdisciplinaridade através de uma análise geográfica e uma investigação histórica. Para isso, o objeto desta pesquisa é o mapa da Comarca de Serro Frio, de José Joaquim da Rocha elaborado em 1778, período em que se configura a “decadência” da Mineração em Minas Gerais. (PRADO JÚNIOR, 1945)

Por meio da análise do mapa e pesquisa entre as bibliografias que tratam do período estudado, tais como: Mello e Souza (1982); Furtado (1996, 2009); Gomes (2004, 2008); Castro (2017), foi possível analisar o contexto histórico em que José Joaquim da Rocha, em 1778, elaborou o mapa da Capitania de Minas Gerais e da Comarca do Serro Frio.

Através de uma simples leitura do mapa, pôde-se observar a organização espacial representada pelo cartógrafo por meio de símbolos que permitem evidenciar os elementos administrativos e eclesiásticos da Comarca. Esses elementos estão compreendidos entre distribuição de vilas, fazendas, paróquias e aldeias de gentios. Além disso, os rios também estão presentes na representação cartográfica em estudo. Todos esses componentes são aspectos que se configuraram como relevantes informações para o governo português, visto que a região de minas era um local que necessitava de fiscalização intensiva.

Sob tal enfoque, foi pesquisada a situação da Capitania de Minas Gerais junto à Coroa portuguesa na época da elaboração do mapa, final do século XVIII. Quais características territoriais constam no mapa? Para que e para quem o mapa foi elaborado? Qual sua importância para a Coroa portuguesa? Qual a influência do meio ambiente natural na estruturação e instalação dos elementos do mapa?

Para responder a esses questionamentos foi realizada uma abordagem do contexto histórico da Capitania em 1778, data da elaboração do mapa, e, em especial

da Comarca do Serro Frio. O que era produzido na Comarca? Quais as funções das vilas, paróquias, capelas e fazendas? Foram indagações que, para serem esclarecidas, houve a necessidade de realizar investigações exploratórias utilizando-se da pesquisa bibliográfica. Tal pesquisa teve como objetivo destacar a forma como era exercido o poder eclesiástico e administrativo no território, a dinâmica econômica da Capitania e em especial da Comarca do Serro Frio.

Os conceitos clássicos da Geografia, tais como, região e paisagem serão adotados como suporte teórico-metodológico a cartografia histórica ponto culminante da pesquisa. Esses conceitos

Acompanhando Cortesão (1965 e 1971), Vasconcelos (1999), Araújo (2000) e Abreu (2005) confirma-se a importância da cartografia histórica como instrumento para o entendimento da dinâmica e estrutura de um espaço em tempos mais recuados. Não obstante todas as ressalvas sobre intencionalidades, equívocos e limites técnicos, a construção de mapas por viajantes, cartógrafos oficiais, militares ou por artistas revela, em escala variada, como que a atividade social repercutia espacialmente. A cartografia histórica substitui, esclarece e, por vezes, ocupa lacunas de entendimento não elucidadas pela pesquisa em outras fontes documentais. (GOMES, 2008, p.2).

Os mapas históricos são fontes primárias de pesquisa e auxiliam na compreensão de um período histórico por meio da representação gráfica. Neles, percebe-se as “lacunas” existentes nos documentos da época (GOMES, 2008).

Tendo em vista que a história tem nos mapas uma importante fonte de pesquisa, a investigação histórica deve considerar as “entrelinhas” que estão em bibliografias, documentos e mapas.

Decifrar as linhas do território através de imagens cartográficas pode constituir um exercício um tanto complexo, pois, os mapas podem estar repletos de significados não compreendidos. Mas, à medida que suas entrelinhas são desvendadas, o mapa pode se revelar uma ferramenta muito rica, carregada de informações diversas e passível de interpretações as mais variadas, produzindo diferentes questionamentos e possibilidades diversas (MENESES, 2013, p.2)

A relevância da pesquisa encontra-se embasada na interlocução entre Geografia e História, considerando a abordagem Espaço e Tempo. Além desta perspectiva, o trabalho se configura como instrumento didático-pedagógico para professores do ensino básico, na medida que se trabalha conceitos que poderão auxiliar os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

No universo acadêmico da Geografia e História, o trabalho também se mostra relevante, pois contribui com a interdisciplinaridade dessas ciências na formação do geógrafo e historiador, especialmente na interpretação de mapas.

Assim, acredita-se que existe uma relação dialógica entre as ciências de variadas naturezas, o que ocorre quando há uma sistemática exploração dessa interlocução significativa para leitura, releitura de realidades no decorrer do tempo e em qualquer espaço.

O trabalho tem como objetivo geral analisar o contexto geográfico e histórico do *Mappa da Comarca do Serro Frio* - 1778, de José Joaquim da Rocha.

Como objetivos específicos, pretende-se analisar a relação entre Geografia e História no âmbito da Cartografia Histórica e dos diversos conceitos geográficos utilizados pela História; analisar o contexto político, econômico, social e cultural da sociedade mineradora e identificar os elementos geográficos contidos no *Mappa da Comarca do Serro Frio*;

Do ponto de vista metodológico, o *Mappa da Comarca do Serro Frio* (Fig. 1) destaca-se como referência principal desta pesquisa, norteando as discussões, observações e análises, assim como, realizando articulações com bibliografias que dialogam com o objeto estudado.

O mapa foi analisado sob o ponto de vista do contexto histórico da época, ou seja, os elementos representados e as associações com a bibliografia: memórias, documentos históricos, relatos de viajantes, entre outros documentos, que são bases fundamentais para analisar a dinâmica da sociedade da região do Serro Frio no século XVIII.

Por outro lado, torna-se relevante observar o “tempo histórico” de José Joaquim da Rocha ao elaborar o mapa da Comarca. Esse fator é essencial na investigação histórica e assume papel de relevância em trabalhos de outras ciências, conforme destaca Bloch: “Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo” (BLOCH, 1997, p. 57).

Nesse aspecto, observa-se que ocorre a análise de mapas na perspectiva da investigação histórica. Bloch (1997, p.79) afirma ainda que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele”. Desse modo, o mapa está carregado de “vestígios” de subjetividade do autor e da sociedade da época.

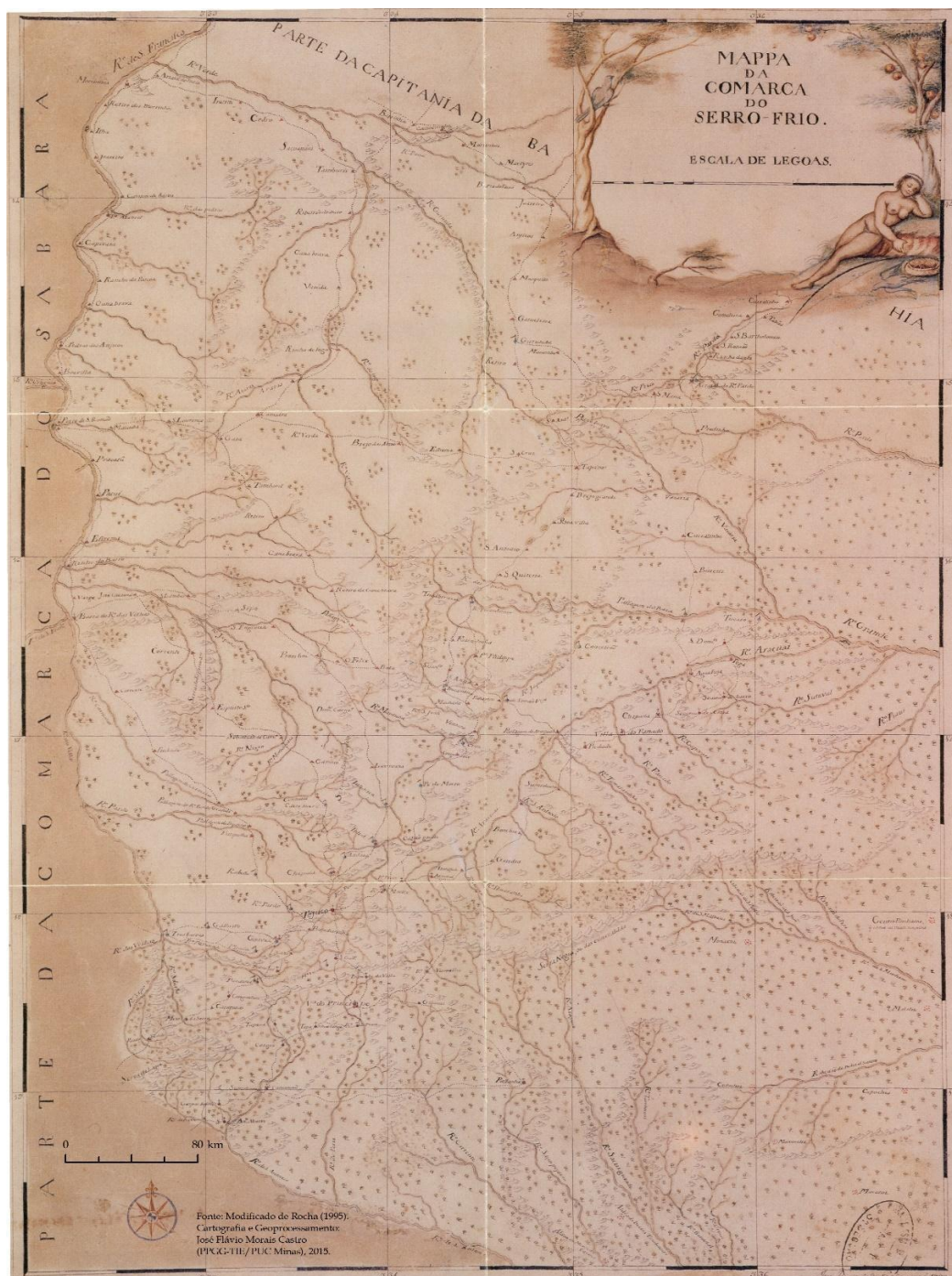
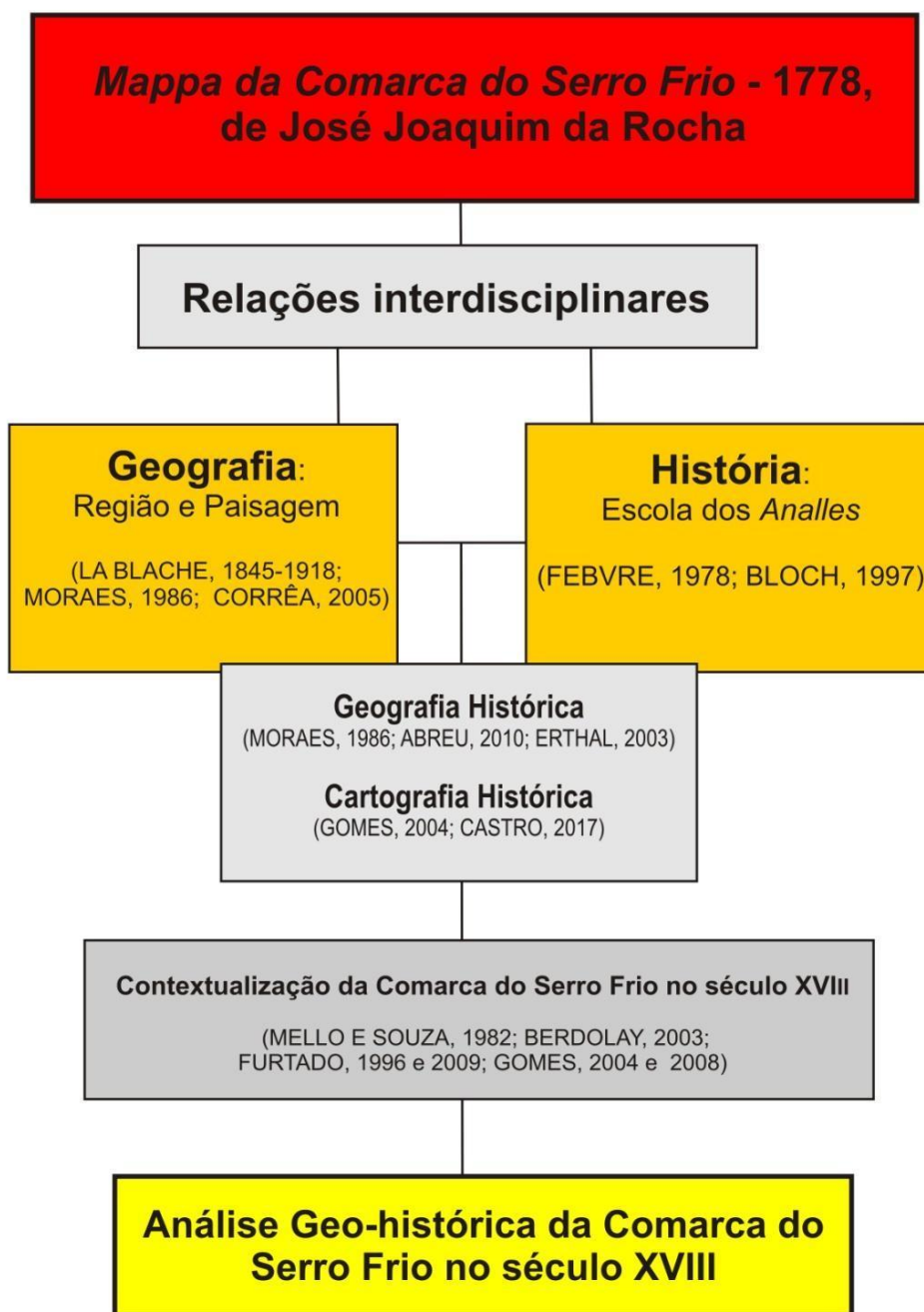


Figura 1 - Mappa da Comarca do Serro Frio - 1778, de José Joaquim da Rocha;
Fonte: Rocha (1995).

A análise geográfica destaca os elementos do mapa e sua relação com a atividade mineradora no local, bem como o que o ambiente físico proporcionou e influenciou a sociedade das Minas colonial.

Conforme o roteiro metodológico (Fig. 2), a pesquisa inicia-se com o *Mappa da Comarca de Serro Frio - 1778*, de José Joaquim da Rocha (ROCHA, 1995). O mapa, carregado de signos, pode indicar relações interdisciplinares entre a Geografia e a História, e indagações sobre sua finalidade para a administração colonial portuguesa.



Organização: José Flávio Morais Castro, Ana Márcia Moreira Alvim e Suelly Santos, PPGG-TIE/PUC Minas, 2018.

Figura 2 - Roteiro metodológico da pesquisa

A organização espacial da Comarca do Serro Frio, de seus elementos administrativos e eclesiásticos, especialmente vilas, paróquias, capelas, fazendas, registros e aldeia de gentios foram analisados com vistas a identificar a função da Comarca naquele momento histórico frente às demais e em relação ao Tejuco (atual Diamantina).

Outro importante fator consiste na descrição geográfica da sociedade mineradora presente nas bibliografias, especialmente naquelas sobre o Distrito Diamantino, como por exemplo: Lima Junior (1965), Couto (1994), Barbosa (1995), Carrara (2007), Furtado (1996, 2007), entre outros.

Quanto às relações interdisciplinares entre Geografia e História, serão analisados os trabalhos de Kant (1724-1804), Ritter (1779-1859), La Blache (1845-1918) e Hartshorne (1899-1992), assim como Barros (2017) e a Escola dos *Analles*.

A pesquisa se insere no âmbito da Geografia Histórica na qual a abordagem contextual tem função primordial para a realização de estudos detalhados. Esses estudos, por sua vez, buscam evidenciar o tempo histórico do autor. A abordagem contextual é também um preceito da Escola dos *Analles*, movimento historiográfico que revolucionou os métodos de se escrever e de se pensar a História. Esse movimento surgiu na França no século XX, especificamente em 1929, através do periódico acadêmico denominado: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que teve como fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre.

Nessa perspectiva, a escrita da História foi modificada e repensada, a historiografia dos *Analles* não se concentra em narrativas históricas puramente ou na linearidade predominante na História positivista. A História é questionadora, interdisciplinar e não mais direcionada a se obter uma verdade absoluta.

E dado que tenho a felicidade de ver nesta sala jovens decididos a consagrar a sua vida à pesquisa histórica, é com segurança que lhes digo: para fazer história virai decididamente as costas ao passado e vivei primeiro. Misturai-vos à vida. À vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade. Historiadores, sede geógrafos. Sede juristas também, e sociólogos e psicólogos; não fechei os olhos ao grande movimento que, perante vós, transforma num ritmo vertiginoso as ciências do universo físico. Mas vivei também uma vida prática. [...] (FEBVRE, 1978, p.62).

Berdolay (2003) afirma que a contextualização possui papel primordial no entendimento das relações espaciais.

A abordagem contextual, quase sem formalização como se encontra, serve como uma moldura abrangente para analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com o contexto no qual o cientista está situado.

Desatando os elos que unem a mudança no pensamento geográfico ao seu contexto, estaremos na melhor posição para avaliar, e aprender com as contribuições criativas de indivíduos notáveis (BERDOLAY, 2003, p. 52).

Segundo o autor, no processo da “História da Geografia”, o tempo histórico, as ideologias em voga no período, assim como o “círculos de afinidades” dos autores interferem em seus estudos e obras. No caso de José Joaquim da Rocha, ao elaborar o mapa, várias perspectivas podem ser destacadas, como por exemplo, a necessidade de informação precisa sobre a Capitania de Minas por parte da Coroa Portuguesa.

Assim, ao realizar uma análise dos elementos que destacam a interdisciplinaridade entre Geografia e História na evolução do pensamento geográfico, a abordagem contextual se faz necessária para o entendimento da Geografia no período em que Rocha elaborou o mapa estudado.

Ainda na abordagem contextual, foi descrita a história da Comarca com vistas ao Arraial do Tejuco. Também, foram examinados relatos de alguns viajantes que passaram pela região mineradora e deixaram suas descrições com riqueza de detalhes como: Barão de Eschwege, Alemão Mineralogista no período de 1811 -1821; Auguste de Saint-Hilaire, botânico que se instalou no Brasil no período 1817-1822. As descrições possibilitaram a análise do local por meio do olhar do viajante que, não se pode esquecer, está imbuído do seu tempo histórico, com suas perspectivas políticas, ideológicas e culturais daquele período.

Além disso, os relatos dos viajantes (por exemplo Saint-Hilaire que passou pelo Serro Frio) tiveram importante papel para a geografia em seu aspecto descritivo. Os detalhes dos locais visitados se caracterizam como importante fonte de conhecimento para os estudiosos dos períodos analisados.

A análise geo-histórica possibilitou uma visão ampla dos componentes da Comarca do Serro Frio, que teve no mapa de José Joaquim da Rocha, o documento fundamental para a descrição sobre os aspectos físicos e o contexto histórico, destacando a relevância da Comarca para a Coroa portuguesa e evidenciando o Distrito Diamantino como local de riquezas e peculiaridades na vida urbana da Comarca do Serro Frio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A interdisciplinaridade como objetivo central desse trabalho pode ser expressa através dos apontamentos de Barros (2010): “a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço”.

Fundamentada nessa concepção para nortear a pesquisa e embasá-la teoricamente, foram discutidos alguns conceitos geográficos e também procurou-se destacar a relação tempo/espaço na perspectiva de geógrafos e historiadores, principalmente, e de autores de outras áreas que abordaram o tema.

No âmbito da História, ao se tratar da interdisciplinaridade, é necessário discorrer sobre a *Escolas dos Annales*, que foi um movimento de renovação historiográfica. Para tanto, um de seus princípios foram os diversos campos de investigação da História e o diálogo com outras ciências.

O contexto histórico do desenvolvimento da Geografia e da História no século XVIII, época em que foi produzido o objeto de estudo: Mapa da Comarca do Serro Frio de 1778, é parte do capítulo. Destacar como se pensava e produzia a Geografia e a História nesse período auxilia na investigação dos elementos do mapa e do tempo histórico do cartógrafo.

Como a análise é direcionada ao processo de diálogo entre espaço e tempo, sendo pontos fundamentais nas abordagens da Geografia e da História, é necessário perpassar pelos caminhos da Geografia Histórica. Essa vertente da Geografia destaca o processo histórico das geografias do passado, sendo assim, as categorias substanciais dessa ciência estão pautadas na região, paisagem e na periodização.

Outro ponto fundamental que foi utilizado no trabalho é o caráter descritivo desempenhado pela Geografia que tem como ponto principal o relato dos viajantes. A observação descritiva é um trabalho sistematizado por Humbolt que teve grande desenvolvimento.

Vinculada a abordagem da Geografia Histórica, está a cartografia histórica que investiga e analisa os mapas antigos sob a ótica do contexto histórico do cartógrafo e os motivos que os levaram a produzir.

Sendo assim, os conceitos de região e paisagem são importantes nessa discussão, pois a diferenciação de áreas, a dinâmica de transformação da paisagem natural realizada pelo homem foram fatos marcantes na sociedade mineradora. A

região de exploração mineral foi, até o século XVIII, diferente do que a coroa portuguesa conhecia no novo mundo.

2.1. Relações Interdisciplinares entre História e Geografia

A Geografia e a História, conforme Barros (2010) descreve, são áreas “irmãs”. A interdisciplinaridade entre essas duas ciências esteve presente em diversos momentos na evolução do pensamento geográfico e, na História, foi bastante acentuada com o advento da Escola dos *Annales*, movimento pelo qual a investigação histórica foi direcionada para novas abordagens teórico-metodológicas. A partir de então a História tem como foco principal o homem inserido em seu contexto, em seu tempo histórico, não se preocupando somente com a descrição fiel de fatos políticos e personagens simbólicos da nação.

Em meados do século XIX, a História deixa de ser meramente um registro descritivo de fatos que aconteceram no passado (BARROS, 2017) iniciando o processo de estudos e reflexões sobre eles.

Na transição do século XVIII para o século XIX, contudo, uma nova tendência se afirma. Começam, cada vez mais e mais, a surgir os historiadores especializados – homens que se compraziam em se dedicar integralmente a uma prática historiográfica definida de uma vez por todas como ciência e voltada para o estudo do passado humano. Não obstante, antes de se tornar “estudo”, a História fora muitas coisas, inclusive algo que – de maneira igualmente óbvia para os homens de outras épocas – definira-se como o *registro do passado humano*” (BARROS, 2017, p.14).

Com a Escola dos *Annales* houve um redirecionamento para a escrita e a investigação histórica, sendo importante ressaltar que em meio a diversas mudanças encontra-se uma de primordial importância: a interdisciplinaridade da História e as ciências sociais.

Com Bloch, Febvre e Braudel, o encontro com as ciências sociais foi vivido em meio à euforia. A sociologia, a geografia humana, a economia, a demografia, a psicologia enriqueceu de tal maneira os *Annales* que até se pensou que a história tinha encontrado seu método definitivo e caminhava rapidamente em direção a um conhecimento exato. E, de fato, de 1929 a 1970, as relações com essa ciência trouxeram os resultados mais significativos para a história (REIS, 2011, p.86).

A História ganha um extenso campo de pesquisa. A amplitude de seu olhar possibilita estudos mais aprofundados e detalhados do homem e seu contexto social, suas adaptações referentes ao ambiente físico e a influência da política e ideologias de seu tempo. A linearidade da história positivista e o foco em lutas de classes da

história marxista dão lugar ao questionamento e à própria interdisciplinaridade. A fim de explicar um determinado fato, a história não se limita a descrição, mas a tudo que rodeia o homem, não somente os grandes personagens, mas o escravo, o trabalhador livre e diversas outras camadas da população.

O historiador Pierre Nora relata a importância dos “acontecimentos” em análises historiográficas (NORA, 1991). Fator que assume grande relevância para a Nova História, no que tange aos estudos dos “historiadores do presente”, ao passo que não há superposição de um acontecimento ao outro, levando em conta o interesse pessoal do historiador.

Mas, para a História do mundo contemporâneo, que é estudada paralelamente pelo economista e pelo geógrafo, pelo sociólogo ou pelo demógrafo, o acontecimento é sem dúvida, o ponto de vista privilegiado. É, provavelmente, a via de acesso real à História do presente. O acontecimento, esta novidade inteligível, deve ser classificada pelo historiador, que lhe tem de fornecer uma explicação provisória e plausível, e esta explicação só pode enraizar-se no passado. Esta é, sem dúvida, uma época em que as pessoas sentiram a necessidade de começar a compreender o que lhes acontecia e a possuir os seus meios de compreensão quase imediatos (NORA, 1991, p.48).

A fim de subsidiar e reafirmar a interdisciplinaridade entre as duas ciências, Barros (2010) relata as afinidades entre elas sob a ótica do conceito de espaço:

A História, considerada como campo de produção de conhecimento, já perfaz mais de um século de fortes relações interdisciplinares com a Geografia. À parte o fato de se ter o “homem” e as sociedades humanas como objeto de estudo em comum-por ser este o universo obrigatório de estudo partilhado entre a História e a Geografia Humana- pode-se dizer que o Espaço é o grande mediador das relações entre estas duas disciplinas irmãs (BARROS, 2010, p.67).

Percebe-se a importante ligação entre Geografia e a História, como descreve Barros (2010), “[...] a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço”. Assim os conceitos geográficos como espaço, região e território foram apropriados pelos Historiadores, pois ao se estudar uma determinada sociedade, por exemplo, deve-se estudar o espaço e as modificações que são realizadas nesse espaço, suas especificidades e como ela modificou esse espaço para sua sobrevivência, ou seja, as relações sociais de um determinado local.

Nessa perspectiva, Barros (2010) descreve outra importante abordagem da Geografia que a História se apropria, a paisagem. Barros destaca que a paisagem foi o primeiro aspecto a ser considerado pelo conhecimento geográfico. Seu caráter visual proporciona a percepção imediata do espaço físico e modificações feitas pelo homem. Esse fator se configura como um campo de exploração da história.

Pode-se citar como exemplo a Escola de Berkeley sob a égide de Carl Sauer, bem como sua abordagem histórico-cultural em relação à subdisciplina de história ambiental. A história ambiental, é vista como campo investigativo da história, ou seja, o meio ambiente é palco da história das civilizações que o habitaram ao longo do tempo e como elas o modificou de acordo com suas necessidades.

É relevante ressaltar que Barros (2010) discorre sobre a importância da escola Geográfica de Vidal de La Blache para a historiografia da Escola dos *Annales*. Em várias obras de Lucien Febvre, como por exemplo, *Terra e a Evolução Humana* (1922) e na obra *Mediterrâneo no tempo de Felipe III* (1945) de Fernando Braudel, os conceitos de região e espaço de Vidal são citados.

As primeiras aplicações das concepções espaciais derivadas da escola geográfica de Vidal de La Blache apareceriam nas novas obras historiográficas que enfrentaram o desafio de estudar as macro-espacialidades. Lucien Febvre já havia se valido francamente da concepção espacial de La Blache para começar a pensar as relações entre o meio físico e a sociedade, e o resultado desta reflexão foi concretizado na obra *A Terra e a Evolução Humana* (1922) - (BARROS, 2010, p.73).

Braudel (1945), realizou interlocuções entre espaço e tempo na obra “*O Espaço e a História no Mediterrâneo*”, onde o autor descreve a paisagem do mediterrâneo em consonância com a diversidade da população, bem como, as influências de diversas civilizações antigas.

No entanto, desse esboço de conjunto destaca-se uma linha principal, essencial para a compreensão do passado do mar, desde a época das colonizações gregas e fenícias até os tempos modernos. A cumplicidade da geografia e da história criou uma fronteira mediana de ilhas e costas que, de norte a sul, corta o mar em dois universos hostis (BRAUDEL, 1945, p.8).

Destaca-se a dinâmica do tempo e espaço, a história das civilizações do Mediterrâneo e como estas se adaptaram ao meio ambiente e encontraram dificuldades, fator que possui grande influência no modo de vida e consequentemente na cultura. Aqui vale lembrar que para a descrição da paisagem histórica e para a investigação histórica, o espaço e suas especificidades são importantes para a realização de pesquisas em diversos campos da história.

Segundo Reis (1994) a obra *La Méditerranée, de Braudel* é um clássico no qual ele realizou um trabalho de “tematizar” um local de grande diversidade geográfica, cultural e social, denominando de “mundo Mediterrâneo”.

Os analistas são unânimes em afirmar que no *La Méditerranée*... o tempo histórico teria encontrado o espaço – isto é, a demarcação do objeto de

pesquisa não obedece a critérios nacionais, mas à construção de uma área econômico-social-demográfico-cultural, que ele chamou de mundo mediterrâneo. Este espaço histórico é vasto, diverso, complexo, contraditório, heterogêneo, múltiplo e, no entanto, Braudel conseguiu construí-lo como uma unidade geo-histórica. O mundo mediterrâneo que Braudel tematiza é uma unidade na extrema diversidade. Ele é constituído por um complexo de mares, ilhas, penínsulas e desertos (REIS, 1994, p.74).

É inegável a importância dos trabalhos de Braudel ao destacar a relação interdisciplinar da História e as ciências sociais, em especial a Geografia. Sob essa ótica, em sua obra intitulada “Escritos da História” ele relata as dificuldades, elementos relevantes e análises históricas que utilizam das demais ciências sociais, as quais ele denomina de “ciências vizinhas” (BRAUDEL, 1978).

Falarei, pois, longamente da história, do tempo da história- Menos para os leitores* dessa revista, especialistas em nossos estudos, que para nossos vizinhos das ciências do homem: economistas, etnógrafos, etnólogos (ou antropólogos). sociólogos, psicólogos, linguistas, demógrafos, geógrafos, até mesmo, matemáticos sociais ou estatísticos — todos vizinhos que, há longos anos, seguimos nas suas experiências e pesquisas porque nos parecia (e ainda nos parece), que, colocada a seu reboque ou ao seu contato, a história se ilumina com uma nova luz (BRAUDEL, 1978, p.44).

Em diversas passagens da obra, o autor demonstra a importância de se trabalhar com a Geografia e utilizar de seus estudos para compreender a sociedade e os fatos ocorridos em um determinado espaço e tempo. Ele destaca os estudos de La Blache, nos quais aprecia a presença da Geografia Humana, a preocupação em articular o espaço e a realidade social. Nesse sentido, o autor descreve que “É preciso que todas as ciências sociais, por seu lado, deem lugar a uma "concepção (cada vez) mais geográfica da humanidade", como La Blache o pedia já em 1903. (BRAUDEL, 1978, p.77).

O referido autor destaca também uma visão humanista da Geografia e assim a conceitua de forma não determinista afirmando: “a geografia me parece, na sua plenitude, o estudo espacial da sociedade ou, para ir até o fim de meu pensamento, o estudo da sociedade pelo espaço” (BRAUDEL, 1978, p.158). Percebe-se a preocupação do autor em destacar a Geografia não somente restrita ao estudo do espaço, mas à interação do homem com ele, e também, às mudanças e permanências que as sociedades ao longo da história provocaram nele.

Kant tem um importante papel na relação interdisciplinar entre a Geografia e a História evidenciada através de sua obra “Crítica da Razão Pura”, onde o filósofo aborda tempo e espaço:

Em nossa teoria da verdadeira natureza destas duas formas primitivas da sensibilidade ficam resolvidas ambas as dificuldades. Finalmente é óbvio que a Estética transcendental não pode conter mais do que esses elementos, a saber: espaço e tempo, posto que todos os outros conceitos, que pertencem à sensibilidade, mesmo o de movimento que reúne os dois anteriores, implicam algo empírico, porque o movimento supõe a percepção de algo movível (KANT, 1985, p.45).

Vitte e Ribas (2009) descrevem a perspectiva de Kant em sua abordagem de Espaço e Tempo. Nesse sentido o filósofo relata, de acordo com tradução dos autores citados, que a *divisão (classificação)* dos conceitos pode ser *lógica* ou *física*.

A divisão dos conhecimentos segundo conceitos, Kant denomina de divisão (classificação) lógica; já a divisão que é feita segundo o tempo e o espaço, ele designa de divisão (classificação) física. Pela primeira, diz ele, “[...] obtemos um sistema da natureza [...] como por exemplo [...] o de Linneu, pela segunda [...] uma descrição geográfica da natureza” (KANT, 1999, p. 67-68, tradução nossa) - (VITTE; RIBAS, 2009, p.108).

Ainda na perspectiva desses autores, Kant descreve a função da História e da Geografia sob a ótica do tempo e espaço.

Nesse âmbito, para Kant, tanto a história como a geografia “[...] alargam, pois, o campo de nossos conhecimentos do ponto de vista do tempo e do espaço” (KANT, 1999, p. 69, tradução nossa). Entretanto, a história “[...] diz respeito aos eventos que são desenrolados uns após os outros do ponto de vista do tempo [...]” (KANT, 1999, p. 69, tradução nossa), ao passo que a geografia “[...] diz respeito aos fenômenos que se produzem ao mesmo tempo do ponto de vista do espaço [...]” (KANT, p. 70, tradução nossa) (VITTE E RIBAS, 2009, p.108).

Kant descreve dois tipos de Juízos: Analítico e Sintético. Do ponto de vista geográfico o sintético é o mais importante, pois, qualquer abordagem geográfica deve ser sintética. Conhecer é sistematizar, ligar o múltiplo à unidade de conceito, e a percepção seria de acordo com Kant, percepção mais conhecimento. Assim, para se constituir um conhecimento é necessário um contexto geral, nesse caso a Terra (a Terra é o ponto de partida através dos dois conhecimentos, Histórico e Geográfico). Além disso, Kant destaca que a Geografia e a História são fundamentais, sendo a Geografia a base na qual a História se constrói.

Influenciados por Kant destacam-se os alemães Humbolt e Ritter, que transformaram a Geografia em cidadania acadêmica mostrando sua unicidade.

Alexandre von Humboldt e Karl Ritter são considerados os fundadores da Geografia Moderna; vivendo na mesma época, estavam ligados às classes dominantes de seu país. Tiveram vidas bem diversas, mas as ideias de um e outro convergiriam para os mesmos princípios. (ANDRADE, 1987, p.51).

Segundo Andrade (1987), foi com Alexandre Von Humboldt e Carl Ritter, que a Geografia se tornou uma ciência. Porém, a transformação da sociedade, do pensamento, da mentalidade resulta em uma forma de se pensar e fazer Geografia. Assim, a Geografia recebe contribuições, ao longo da história, de filósofos, movimentos intelectuais e sociais, e de outros campos do conhecimento. Diante disso, pode-se afirmar que a evolução do pensamento geográfico sofre influências do contexto histórico de cada época em que se desenvolveu.

O método comparativo de Ritter, ainda sob a ótica de Andrade, é composto por lugares, símbolos e regiões, em que, regiões e lugares possuem diferenciações na relação homem/natureza. A diferença consiste em averiguar elemento simples de uma região e estabelecer relações e semelhanças com outras regiões. Para isso, é considerado o processo histórico e a ação do homem.

Os estudos de Ritter tem a categoria tempo como essencial para estudar o espaço e o homem. Por isso é importante destacar o autor na abordagem interdisciplinar das duas ciências.

Humboldt e Ritter influenciaram estudiosos alemães, os quais, também contribuíram para o desenvolvimento da Geografia. Dentre eles, pode-se citar Freiher Ferdinand von Richthofen, Friedrich Ratzel e Alfred Hetter. Os estudos desses alemães desenvolveram a Geografia no campo Geral e Regional.

Tendo sido a Alemanha o país em que primeiro a Geografia se institucionalizou e onde viveram e ensinaram os três grandes geógrafos, considerados tradicionalmente como pais da Geografia Moderna – Humboldt, Ritter e Ratzel -, é natural que aí surgissem os grandes geógrafos do período clássico e que as ideias germânicas se expandissem por outros países, sobretudo nos Estados Unidos (ANDRADE,1987, p.67).

Tendo em vista que os alemães proporcionaram grandes contribuições para o desenvolvimento da Geografia, há que destacar os franceses que aprimoraram a interação entre Geografia e História.

O maior destaque e fundador da escola francesa de geografia foi Vidal de La Blache. Esse teórico preocupava-se com a distribuição desigual da população pela superfície da Terra. Realizou estudos sobre a relação do homem com o meio ambiente.

O conceito de região formulado por La Blache é um dos aspectos que mais aproximam a Geografia e a História. O método regional que o autor propõe consiste

em realizar recortes regionais a fim de compreender a natureza e as relações do meio ambiente físico. As regiões são dotadas de fortes tradições culturais que as caracterizam e são influenciada pelo meio ambiente físico e a capacidade do homem em modifica-lo e adapta-lo a ele.

De acordo com Moraes (1996, p.76), “[...] cada vez mais, buscava-se sua individualidade nos dados humanos, logo, na história”. Vários autores, ao longo da evolução do pensamento geográfico, desenvolveram o conceito de região, como por exemplo Lucien Gallois, que escreveu uma obra denominada *Regiões naturais e nomes de lugares*. Seu conceito de região concentrava-se na unidade natural, na homogeneidade de uma parte da superfície terrestre.

Porém, a região foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza. Este processo de historicização do conceito de região expressou o próprio fortalecimento da Geografia Humana, tal como proposta por La Blache. (MORAES, 1996, p. 76).

Nessa perspectiva, La Blache, não somente pela sua formação em História, mas como exímio Geógrafo contribui para estudos que abordam a Geografia e História juntas. Seus trabalhos foram fortificadores da Geografia Regional no âmbito histórico, econômico e social. Desta forma, como afirmou Moraes (1994), ramificações de estudos geográficos foram desenvolvidos como Geografia agrária, econômica, industrial, rural, urbana, histórica, dentre outras.

Por outro lado, o referido autor descreve sobre a relevante contribuição de La Blache no desenvolvimento da Geografia Histórica.

Vidal de La Blache deixou influência também no pensamento dos historiadores, notadamente daqueles de língua francesa, no que toca à concepção deste com respeito à Geografia, e sua relação com a História. Aí, desempenharam papel destacado as colocações de Lucien Febvre. Este autor escreveu uma obra, que se tornou clássica, *A Terra e a evolução humana*, na qual apresenta as idéias de La Blache, confrontadas com as de Ratzel, desenvolvendo-as e defendendo-as das críticas levantadas contra a Geografia Humana, por E. Durkheim. Foi Febvre que criou os termos Determinismo e Possibilismo, assumindo integralmente o conteúdo deste último. Assim, da proposta vidalina, desdobrou-se também uma Geografia Histórica, que se dedicou a temas como: a organização do espaço na Antiguidade, as vias comerciais da Europa na Baixa Idade Média, o gênero de vida numa aldeia galesa etc. (MORAES, 1994, p.79).

O século XX foi um período de grandes transformações sociais, econômicas, culturais e principalmente tecnológicas. Conforme Hobsbawm (1995), o século XX foi profundamente marcado pelas duas grandes guerras mundiais e a Guerra Fria.

[...] os Estados Unidos, o Reino Unido e o Brasil, houve, de fato, a predominância considerável de um ou dois paradigmas sobre os demais. Em certas ocasiões, essa predominância evoluiu para uma verdadeira tirania paradigmática. Isso se dá principalmente no que diz respeito à primazia de duas grandes orientações epistemológicas: a corrente quantitativa e teórica (inicialmente chamada de “nova geografia”), que, de um lado, representa um avanço epistemológico na evolução da geografia, mas, de outro lado, pode facilmente resvalar para um cientificismo, um tecnocratismo e um quantitativismo muitíssimo distantes dos princípios e do espírito geográfico dos fundadores e dos grandes geógrafos de todos os tempos; a corrente crítica (originalmente chamada de geografia radical), que igualmente representou um ganho significativo para a geografia, acrescentando-lhe um ponto de vista econômico, social e político novo, mas que, tal como outra orientação epistemológica, apresenta o risco de resvalar para um dogmatismo ideológico, que pode se agravar ainda mais quando se mistura ao messianismo e ao proselitismo partidários (AMORIM FILHO, 2006, p.12)

As correntes citadas anteriormente foram de grande valia para o desenvolvimento da Geografia, porém não se pode negar a distância de suas abordagens no que diz respeito à unificação de estudos que articulam a geografia física e a humana havendo um comprometimento das análises que integram tempo e espaço.

Toda essa exposição deixa clara a interdisciplinaridade da Geografia com a História na evolução do pensamento destas ciências, sendo a Geografia Histórica fruto disso.

2.2 Geografia histórica e Cartografia histórica

A Geografia Histórica tem em sua essência a articulação entre espaço e tempo que ao longo do desenvolvimento da Geografia e da História, foi e ainda é evidenciado por diversos autores.

Na trajetória da evolução da geografia histórica, o primeiro relato de comparação entre os dois campos, segundo Hartshorne (1958), foi o de J. M. Franz, em 1747. Mas, de acordo com Darby (1983), o termo só apareceu pela primeira vez em 1846, no atlas do alemão Karl von Spruner, um estudo sobre as mudanças nas fronteiras políticas dos Estados europeus, publicado com o título *Historisch - Geographischer Handatlas*. Como campo de estudo independente, a geografia histórica começou a tomar forma após os trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904) e Vidal de La Blache (1845-1918), os quais introduziram, respectivamente, um foco analítico antropogeográfico e histórico na análise dos fenômenos (CARNEIRO, 2016, p.46).

A geografia histórica compartilha com os estudos históricos seus métodos de investigação, com os 51 estudos geográficos os problemas de análise. Na Antiguidade tardia, as duas disciplinas eram intimamente ligadas e inseparáveis, talvez, por isso, fornecendo alguma justificativa para os autores que hoje as utilizam de forma intercambiável (CARNEIRO, 2016, p.50).

O ponto de vista do autor é relevante ao passo que aborda a geografia histórica não como subárea ou ramificação das duas ciências, mas uma interdisciplinaridade entre elas. Ou seja, a geografia histórica realiza uma interlocução em pesquisas ao analisar determinado espaço, observando a história, as modificações da sociedade e adaptação desta, bem como a mudança da paisagem natural e cultural realizada pelo homem. Assim, a sociedade mineradora tem uma forte relação de adaptação ao meio ambiente físico e enfrenta necessidades de diversos tipos. Fato que será melhor detalhado no próximo capítulo ao descrever o contexto histórico desta sociedade, em especial da Comarca do Serro Frio, e para tal, faz-se necessária a análise geográfica a fim de destacar a geografia histórica nesse contexto.

Na concepção de Erthal (2003), não é tarefa fácil periodizar a geografia histórica, visto que, distinguir as fases de seu desenvolvimento pode acarretar um resultado insuficiente. Então o autor relata que “a evolução da geografia histórica acompanhou a própria evolução da Geografia (tradicional, nova e crítica)” e recorre a denominação de Butlin (1987) o qual as classifica nas seguintes fases: Clássica, neoclássica e social.

A geografia Histórica, nos relatos de Erthal que cita Butlin, em sua fase clássica: “Acredita Butlin (1987: 21) que apresentava “um forte compromisso com estudo histórico da paisagem e pelo mapeamento dos dados dos recursos históricos, ...”. Na fase “neoclássica” houve poucas possibilidades para a geografia histórica, visto que a Geografia entra em um período de avanços tecnológicos, processamento de dados, ou seja, a geografia quantitativa. Na fase “social” há uma preocupação por parte dos geógrafos com questões sociais, com relação espaço-temporal e afetividade com os lugares. (Erthal, 2003).

Erthal ainda descreve que a corrente que mais dinamizou a geografia histórica foi a Humanista devido à aproximação e diálogo que esta corrente possui com outras ciências e sua inspiração na fenomenologia.

Na percepção de Abreu (2010), a geografia histórica é o estudo das “geografias do passado”. Assim, [...] os trabalhos de geografia histórica tratam necessariamente de “geografias do passado” e, por conseguinte, são guiados por objetivos e métodos de pesquisa próprios” (ABREU, 2010, p.17).

Os autores propõem dinâmicas diferenciadas sobre o desenvolvimento da geografia histórica, porém Erthal realiza uma análise mais aprofundada, visto que, Abreu restringe os estudos da geografia histórica a geografia do passado. Sendo

assim, é importante destacar a articulação tempo/espaço na geografia histórica principalmente para se entender as produções que o homem realizou no passado, bem como o uso da Geografia como forma de controle e informação.

Ao analisar o passado na perspectiva do tempo e espaço torna-se necessário o estudo da totalidade dos aspectos que compõem aquele espaço como a sociedade da época e sua cultura. É inegável a importância de tais análises para trabalhos no campo das duas ciências, não por mera contextualização histórica, mas para traduzir com maior fidelidade possível as transformações ocorridas, bem como suas relações com o passado.

Apoiada nessa perspectiva, a Geografia Histórica tem nos mapas uma importante fonte de informações sobre determinado período, configurando assim, o contexto histórico da época em que foram produzidos, bem como a descrição dos locais representados, destacando-se como fonte histórica relevante na análise geo-histórica.

A cartografia, ciência da representação gráfica da superfície da terra, esteve presente na história da humanidade permitindo localizar e representar elementos e fenômenos espaciais por meio do mapa. A história da cartografia, com suas reformulações, prima pelo estudo do contexto histórico no qual um determinado mapa foi produzido, abrangendo questões políticas, culturais, econômicas, dentre outros aspectos.

Brian Harley apontou para diferentes formas de traduzir as imagens cartográficas como representações culturais carregadas de mensagens políticas, seja nos seus conteúdos explícitos, nas distorções e ausências, nos signos convencionais ou no claro simbolismo das decorações de suas margens, cartuchos e vinhetas. Sublinhou também a necessidade de estudos mais aprofundados sobre cada contexto histórico específico, para compreender como o poder opera através do discurso cartográfico, e os efeitos desse poder na sociedade (GOMES, 2004, p.71).

Cartografia que acompanhou a revolução tecnológica, ou seja, suas técnicas foram cada vez mais aprimoradas. A partir da década de 1970, a cartografia temática sofreu diversas transformações.

O processo foi marcado pela passagem de um contexto técnico-científico, com um ritmo mais lento, para um extremamente dinâmico na coleta, no armazenamento e no tratamento da informação espacial, possibilitando análises espaciais significativamente mais precisas, rápidas e eficientes. (CASTRO, 2017, p.24).

A cartografia adquire importância nas análises de dados das ciências sociais e em diversos campos do conhecimento, inclusive para a Geografia Histórica, especialmente através da Cartografia Histórica,

Uma das áreas da Cartografia que vem produzindo importante interface com o Geoprocessamento [...]. Os mapas históricos vêm sendo objeto de interesse especial de pesquisadores de variadas áreas do conhecimento, não somente em razão de seu papel no mapeamento de uma série de informações ditas objetivas, mas também por sua importância como registro de valores culturais da sociedade no espaço e no tempo. (CASTRO, 2017, p.24).

O mapa se configura como fonte histórica, porque nele estão contidas inúmeras informações de um espaço e um contexto. As relações de poder, o controle, os interesses, a memória, a história são partes integrantes do mapa. Ao ser relacionados com outros documentos históricos, os mapas revelam a dinâmica da sociedade da época, podendo se tornar um instrumento de poder e informações.

Além disso, se inserem na dinâmica da evolução do pensamento geográfico por assim destacar a forma como se fazia a geografia na época no que diz respeito à representação dos locais. E também, é importante destacar que a representação cartográfica está intimamente relacionada ao tempo histórico do cartógrafo com a percepção do desenvolvimento de determinado período.

2.3 Geografia e História no século XVIII

O fim da Idade Média e o início do Renascimento, acarretaram inúmeras transformações como, as grandes navegações. Além disso, a arte e a ciência também sofreram estas transformações na “Renascença europeia” (ROPER, 1981). As ideologias renascentistas, contrárias ao pensamento medieval da predestinação, trouxeram uma nova forma de encarar o mundo através da razão.

No século XVIII, as transformações podem ser observadas, principalmente, pelas ideias iluministas, movimento intelectual que fazia críticas ao antigo regime, o absolutismo (ROPER, 1981). Os teóricos do Iluminismo, de diversas áreas, faziam críticas aos privilégios da nobreza e do clero, nas quais os seres humanos eram iguais por natureza, a riqueza estava na capacidade de trabalhar e gerar cada vez mais lucros. A razão sobrepõe a fé e assim percebe-se o peso do racionalismo nas pesquisas científicas, principalmente na Geografia.

Os principais autores do Iluminismo foram John Locke 1632-1704, Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1755) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

O Iluminismo por sua vez proporcionou uma mudança na visão de mundo ocidental. A razão, a observação e o saber científico superaram os mitos e a imaginação. Na geografia, a influência aconteceu de forma marcante tendo, por exemplo, a racionalidade presente nos relatos de viajantes, no desenvolvimento da cartografia, da geomorfologia e na própria inquietação em se estudar e aprofundar os fenômenos da Terra. Assim, sobrepunha-se a ciência em relação a visão de mundo religiosa existente até então.

Uma das principais obras do Iluminismo foi a Enciclopédia, organizada por Denis Diderot (1713-1784) e Jean D'Alembert (1717-1783), que tinha o objetivo de divulgar o conhecimento, pretendia conter o saber ocidental existente

Na Geografia a contribuição da Enciclopédia está ligada à catalogação e conhecimento da Terra. Mas para além disso, o propósito da Enciclopédia mudou a visão de mundo ao revolucionar o pensamento da época. Era necessária uma Enciclopédia para agrupar as informações produzidas pelos relatos dos viajantes.

As proposições iluministas e o desenvolvimento da Enciclopédia alavancaram o sentido de cientificidade das Ciências Sociais principalmente da História.

Pensadores iluministas diversos ofereceram- com as suas várias filosofias da história – leituras diferenciadas daquilo que consideravam uma tendência da história universal; por seu turno, historiadores românticos do século XVIII e historicistas do século XIX criticaram precisamente esta ideia de que seja possível ou válido escrever uma história universal, pertinente a todos os povos; [...] (BARROS, 2013, p.96).

Percebe-se, dessa forma que o Iluminismo contribuiu para o desenvolvimento das ciências humanas em suas diversas abordagens, especialmente a Geografia e a História. Ao proporcionar uma nova visão de mundo, o rumo das ciências também se modificou ao passo que as afirmações até então eram absolutas e incontestáveis voltadas para o viés religioso.

Conforme já descrito, os relatos dos viajantes se tornaram dados científicos ao descreverem com riquezas de detalhes e precisão as regiões e paisagens por onde passaram além de realizarem estudos aprofundados. Conceitos foram discutidos e questionados e assim novas formas de olhar o mundo impactaram a Geografia. Assim, faz-se necessário destacar conceitos primordiais na Geografia para melhor

entendimento da dinâmica do pensamento geográfico, como é o caso de região e paisagem.

2.4 Região e paisagem: categorias de análise geográfica

A expressão região possui caráter polissêmico (CORREIA, 1986), sendo tema recorrente em estudos geográficos, e de outras áreas do conhecimento, principalmente das ciências humanas e sociais.

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusesse de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. (GOMES, 2007, p.50).

Relacionar o termo região com o objeto de estudo desse trabalho se faz necessário, pois, no início do século XVIII, a exploração colonial era focada na procura de metais preciosos no interior do Brasil, na região que se tornou conhecida – a região mineradora. Nesse sentido, a mineração exercida na região das Minas Gerais, foi o fator preponderante para uma ocupação maciça e o desenvolvimento da colonização portuguesa no interior da colônia.

Em relação ao exposto, destacam-se as escolas geográficas clássicas: Alemã e Francesa que tiveram importante papel na discussão do conceito de região. Seus teóricos realizaram trabalhos específicos que dinamizaram a questão regional na Geografia.

Na escola Alemã pode-se citar como exemplo, o estudioso Freiherr Ferdinand Von Richthofen (1833-1905), que contribuiu para o desenvolvimento da Geografia Regional, principalmente através de seus estudos sobre a China. Além desse autor, Alexandre von Humboldt (1769 -1859) e Karl Ritter (1779-1859). De acordo com Serpa (2001), Ritter defendia que toda região dispõe de uma individualidade.

Ritter considerava a terra como a casa do homem. Dividia-a em regiões naturais - principalmente de acordo com as formas dos acidentes - e examinava seu sentido para a sociedade que ocupava, ou havia ocupado, cada unidade (...). Julgava que a vontade divina havia criado a Terra como uma escola para o homem, na qual ele progrediria da barbárie crua para a grandeza espiritual (SERPA apud BROEK, 2001 p. 03).

Na escola clássica francesa, La Blache (1845-1918) humaniza o conceito de Região na Geografia:

Com Vidal, e de forma progressiva a partir dele, o conceito de região foi humanizado; cada vez mais, buscava-se sua individualidade nos dados humanos, logo, na história. Apesar de muitos autores terem associado os processos históricos de povoamento e organização de uma região às condições naturais aí existentes (...) a região foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza (SERPA apud MORAES, 2001 p. 4).

A região na perspectiva Vidaliana tem a relação homem-meio como principal foco. Desta forma, não há como estudar a região de forma isolada, ela faz parte de um todo, de um conjunto. Nesse sentido a região é mutável de acordo com a ação do homem.

Ao estudar a região mineradora, é possível perceber a concepção de Vidal ao passo que a região foi modificada pela ação do homem de acordo com suas necessidades. A principal função era a mineração e por isso, aquele espaço da colônia se desenvolveu de forma diferente dos demais territórios coloniais. Porém, destaca-se o que Vidal chamou de “solidariedade” (HAESBAERT, 2012) entre regiões, quando a região mineradora, no início de sua exploração, necessitava de abastecimento de outras localidades da colônia, principalmente de gêneros alimentícios.

Dessa forma, a região natural foi gradativamente modificada pelo homem e sua cultura. Além disso, aquele território da colônia que se estruturou, recebeu funções de acordo com suas especificidades geológicas, sendo assim, diversas funções foram estabelecidas quando se formavam um núcleo populacional. Fazendas para abastecimento de gêneros alimentícios e pontos de paradas para os exploradores e viajantes do período estudado, por exemplo.

Denota-se, assim, que, o conceito de região é constante na trajetória da evolução do pensamento geográfico e receberá elementos de acordo com a abordagem de cada período. Na escola alemã a abordagem segue em torno do determinismo ambiental; na francesa a interação do homem com o meio ambiente; as apropriações, os elementos, e as próprias abordagens são influenciadas pelo contexto histórico de cada período em que foi descrita a temática regional.

Os estudos de Hartshorne, após a segunda Guerra Mundial, demonstram uma proposta diferente do determinismo e possibilismo das escolas clássicas. Seguidor de Hettner, Hartshorne propõe estudos referentes a inter-relações dos elementos que serão analisados, ou seja, a Geografia partiria do pressuposto de sua individualidade para se estudar um objeto, de acordo com Moraes (1986).

Sobre a proposição de Hartshorne denominada “Geografia Nomonética” na qual ele articula a Geografia Geral e Regional:

A Geografia Nomonética possibilitou análises tópicas, isto é, centradas em um conjunto articulado de temas; [...]. A Geografia Nomonética possibilitou a agilização do estudo regional, que ia ao encontro dos interesses do planejamento, pois abriu a perspectiva de trabalhar com um número bastante elevado de elementos, relacionando-os de acordo com os interesses do plano. Esta segunda perspectiva instrumentalizou os “diagnósticos”, e deu possibilidade para o uso da quantificação e da computação em Geografia (CORREA, 1986, p.90).

Desta forma, a diferenciação de áreas recebe aporte tecnológico sendo possível analisar elementos contidos nas sociedades do passado através de documentos históricos que tragam dados que possam ser tratados. Mapas, registros administrativos e eclesiásticos, por exemplo, podem ser tratados e caracterizar uma determinada sociedade em seu tempo e espaço, conforme se propõe este trabalho.

Após os estudos de Hartshorne, o contexto histórico de dinamização do capitalismo, industrialização, tecnologia, urbanização darão um novo rumo para os estudos referentes à região, teorias regionais serão criadas impulsionando os estudos da Geografia Regional.

Ainda na perspectiva de Hartshorne, a região é o objeto da Geografia e deve ser estudada de modo a diferenciar áreas da superfície terrestre. Correa citando Hartshorne destaca que: “o objeto da geografia regional é unicamente o caráter variável da superfície da Terra - uma unidade que só pode ser dividida arbitrariamente em partes, as quais, em qualquer nível da divisão, são como as partes temporais da história, únicas em suas características. (CORREA, 2000).

Partindo do pressuposto do possibilismo que estabelece a região na perspectiva humanista, a paisagem natural é modificada pelo homem e se diferencia de acordo com a cultura local:

Reagindo ao determinismo ambiental, o possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza, que, ao longo da história, passam de uma adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra. (CORREA, 2000, p.14)

Ao abordar região no âmbito do trabalho, é importante que se realize uma reflexão acerca da paisagem. Ainda conforme Correa, para o possibilismo, “Região e paisagem são conceitos equivalentes ou associados, podendo-se igualar, na geografia possibilista, geografia regional ao estudo da paisagem.” (CORREA, 2000)

Assim como região, a noção de paisagem é polissêmica e possui apropriações diferenciadas em diversas áreas de estudo. Não é possível julgar a paisagem somente como superposição de objetos, mas há um contexto histórico conectado a divisão territorial. Ainda assim: “É por meio da paisagem que o geógrafo deve desvendar os mundos, buscar as desigualdades escancaradas no território. Ou seja, as paisagens refletem as relações sociais históricas. (COSTA, 2011).

A paisagem exerce importante papel na análise das transformações culturais realizadas pelo homem no meio ambiente natural. Essa noção de paisagem se apresenta nos trabalhos de Sauer (1996), a qual se encaixam no objeto de estudo, uma Comarca da região mineradora, com seus símbolos, arquitetura, cultura e etc, que são memória do dinamismo temporal, século XVIII, dentro do contexto da colonização da América Portuguesa.

Denotando o exposto, a região de Minas recebeu influências europeias e transformou a paisagem natural. Ao observar as cidades mineiras é possível perceber a cultura da época através dos monumentos históricos e também do próprio patrimônio imaterial. A distribuição dos locais onde se instalavam os poderes administrativos e eclesiásticos, os elementos que ainda estão preservados e que caracterizam o período colonial minerador e a própria cultura que se perpetuou no espaço e no tempo. Ou seja, “o cenário visto pelo espectador” (Ribeiro, 2007) e aprofundado com o pesquisador.

Diante disso, é importante destacar o papel dos viajantes naturalistas no século XIX ao Brasil, em que, alguns deles passaram pela região de Minas Gerais. Um dos principais objetivos dos viajantes, era estudar/analisar cientificamente as regiões brasileiras, além disso, a Coroa Portuguesa necessitava de informações referentes às riquezas naturais. Em seus estudos haviam descrições da paisagem natural e cultural e seus relatos se configuram como importante documentos históricos.

Para o Estado português, o conhecimento pormenorizado da colônia era vital para o empreendimento das reformas necessárias à adaptação do sistema. O domínio destas informações consistia, antes de mais nada, expressão de seu poder. À maior centralização do poder monárquico, concretizada a partir de Pombal, correspondia a crescente necessidade de apreensão mais exata do Reino e da Colônia: conhecer para poder decidir (FURTADO, 1994, p.15).

Os trabalhos dos viajantes são objetos de estudos e análises até os dias atuais. Foram inúmeros viajantes, de diversas áreas do conhecimento como biólogo, engenheiro, ambientalista, geógrafos, que visitaram o Brasil no século XIX.

(...), o século XIX parece ser o apogeu de todo tipo de expedições para o melhor conhecimento do mundo. Além disso, é certamente o momento histórico de maior prestígio para a já antiga atividade geográfica, que atinge o status de disciplina acadêmica, status este que, a partir da Europa, se generaliza rapidamente por quase todo mundo (AMORIM FILHO, 2008, p. 110).

Dentre os viajantes que vieram ao Brasil, destaca-se Richard Francis Burton, geógrafo e diplomata inglês que passou pelo Brasil em 1867 e Auguste de Saint-Hilaire, francês Botânico que permaneceu no Brasil no período de 1817 – 1822. Esses viajantes possuem destaque no contexto do trabalho por realizarem descrições detalhadas dos elementos físicos, sociais e culturais de regiões de Minas Gerais.

Eles descreveram a paisagem de diversas porções do Distrito Diamantino, e, em suas descrições, há relatos do meio ambiente físico o que possibilitou maior conhecimento dos locais visitados. Além disso, foram identificados, principalmente nos leitos dos rios, vestígios da atividade mineradora (LOPES, et al., 2011). Também se destaca os relatos referentes à cultura e a modificação do ambiente natural provocada pelo homem. Assim, destaca-se a importância do trabalho dos viajantes em relação à observação da mudança na paisagem e a possibilidade de realizar mapas atuais com informações contidas em seus relatos:

A representação cartográfica dos caminhos feitos pelos viajantes contribui com a melhoria do conhecimento sobre a realidade do antigo Distrito Diamantino, uma vez que a identificação em mapas atuais de elementos descritos no século XIX permitiu que fossem seguidos os itinerários dos naturalistas; ademais, auxiliou na contextualização das mudanças da paisagem e territorialidade vinculadas às informações geológicas, hídricas, sociais e histórico-culturais que possibilitam uma melhor localização dos principais pontos naturais e históricos retratados nas obras, o que pode gerar um renascimento do sentimento de pertencimento das comunidades ao espaço que hoje habitam. (LOPES, et al., p. 83, 2011).

As categorias de análise geográfica, paisagem e região, tem na História estudos e trabalhos referentes a História Regional e História da Paisagem. Articular esses conceitos são imprescindíveis para abordar a Região do Serro Frio descrita por José Joaquim da Rocha através de seu mapa. Por isso, analisar os aspectos geográficos e o contexto histórico da Região Mineradora e, de forma mais aprofundada o Serro Frio, se faz necessário.

Como já descrito, a análise regional se faz na diferenciação de áreas na superfície terrestre. O que se conhecia sobre a Colônia portuguesa era a região costeira com a atividade da *plantation* açucareira, mais precisamente no nordeste brasileiro. A região que se implantou a mineração era pouco explorada e conhecida.

Com a decadência da economia açucareira, a coroa portuguesa busca novas alternativas de exploração, e para tanto, passa a realizar expedições com a finalidade de desbravar a colônia. Dessa forma, as entradas e bandeiras foram determinantes para a interiorização do Brasil Colônia e a constituição da região mineradora (MELLO e SOUZA, 1994),

Os primeiros momentos da sociedade mineradora foram marcados por diversas intempéries. A fim de sanar os problemas existentes como por exemplo, a fome e a disputa de áreas de exploração, a coroa portuguesa toma providências no sentido de regulamentar a exploração das minas auríferas (1994).

Iniciaram-se algumas atividades comerciais para abastecer as Minas e a partir de então, Vilas, Arraiais e Comarcas foram se formando no que iria compor a Capitania de Minas Gerais, e a região de exploração em que iria se instalar a sociedade mineradora.

Dessa forma, formou-se uma sociedade em uma região diferente do Nordeste, seja pelo clima, vegetação e solo, como também as relações sociais e de poder. De fato, a região de Minas terá sua dinâmica própria e peculiaridades no seu espaço geográfico.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

A proposta de análise da interdisciplinaridade entre a Geografia e a História na perspectiva do espaço e tempo nesse capítulo é feita através da abordagem histórica da Capitania de Minas Gerais e como se deu a organização territorial no período estudado, século XVIII. Além disso, o capítulo tem como finalidade caracterizar a sociedade que se formava na região e mostrar como o poder eclesiástico atuou tanto na configuração territorial quanto nas questões culturais através da religião católica.

Apesar do grande contingente de pessoas que vieram para Minas em busca de riqueza, a sociedade era de base escravista, havendo também a elite mineradora que vivia a opulência e os “desclassificados” que compunham parte dessa população (MELLO E SOUZA, 1982).

3.1. A Sociedade mineradora e sua organização territorial

A história da Sociedade Mineradora tem seu início com a ação dos Bandeirantes paulistas em busca de metais preciosos pelo interior do Brasil. Conforme Frei Vicente Salvador descreve,

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos. (SALVADOR, 1627)¹.

A exploração colonial por muitos anos se restringiu à “zona costeira” do Brasil, “esse fato pode ser constatado pelo exame de vários exemplares da cartografia antiga da América do Sul” (FONSECA, 2011). Era escasso o conhecimento que se dispunha a respeito das terras do interior da colônia e, além disso, o imaginário naquela época, girava em torno da lendária Serra das Esmeraldas. Os bandeirantes paulistas, então, assumiram papel de desbravadores do chamado sertão da colônia em busca de metais preciosos e do apresamento de índios. A Coroa apoiou várias iniciativas de colonos que, por conta própria, investiram na prospecção de riquezas e na ocupação do interior da colônia, o sertão. Assim, a região de minas passou a ser explorada principalmente por desbravadores que se aventuravam nas terras desconhecidas. Renger (2007), descreve a bandeira de Fernão Dias Pais Leme em busca de esmeraldas na lendária Serra de Sabarabuçu.

[...] a pedido do rei D. Pedro II, o paulista Fernão Dias Pais, então com a idade avançada de 66 anos, pôs-se em marcha. Como “Governador das Esmeraldas”, à frente de uma grande bandeira, empreendeu mais uma tentativa de achar a lendária serra do Sabarabuçu, onde se acreditava estarem as tão sonhadas esmeraldas e a prata. Trilhou o que se tornaria depois a Capitania de Minas Gerais entre o rio Grande, no sul de Minas, até a serra do Espinhaço, na região de Itacambira, já quase na divisa com a Bahia (RENGER, 2007, p.109).

O anseio em encontrar minas de ouro e outras pedras preciosas estimulou inúmeras “Entradas” e “Bandeiras” pelo interior da colônia portuguesa. É importante destacar que a existência de riquezas em terras longínquas fazia parte do imaginário europeu desde a época das Grandes Navegações que objetivava encontrar o Eldorado. Histórias e mitos sobre riquezas na África, Ásia e em outras terras se espalharam atraindo pessoas de diversos locais.

No Brasil, sob influência da área hispânica da América e das muitas lendas indígenas, o mito dos Dourados se corporifica na misteriosa Serra

¹ <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000138.pdf>, p.05

Resplandecente, no Sabarábuçu da prata e no Dourado do Vupubaçu ou Lagoa Dourada. Esses mitos e a já provada existência de ouro e prata nas terras vizinhas da Espanha alimentam o imaginário e a crença dos homens coloniais em encontrar prodigiosas riquezas, em um lugar de que se passa a buscar o caminho, desde meados da segunda metade do século XVI. Fixados na idéia de avançar em direção ao oeste, mas sem noção real da verdadeira amplitude da terra, muitos entradistas, seguindo roteiros construídos sobre vagas informações, lançam-se, sem sucesso, a grandes marchas pelo interior do Brasil. Apesar dos desapontamentos, mantém-se de forma constante, a certeza de que nessas terras, haviam minas de ferro, ouro e prata, conforme registro de Antonil, no início do Setecentos. (RESENDE, 2007, p.10).

As expedições paulistas, que se fizeram presentes no final do século XVII e durante o XVIII, eram regidas por algum colono que dispunha de poder e riqueza. “O potentado de maior suposição convocava os parentes e amigos que também dispusesse de meios, e, estes com mais e outros com menos, formavam as comitivas e tropas de que tinham necessidade (VASCONCELOS, 1999). Por esse ângulo é possível perceber o caráter aventureiro das pessoas que faziam parte das comitivas. Não se sabia ao certo o que encontrariam pelo caminho, porém a ânsia em encontrar riquezas estimulava a aventura pelo interior da colônia.

A fim de legitimar o sentido das expedições apresentando-lhe um caráter legal, padres aventureiros faziam parte das comitivas, não somente para abençoar a empreitada rumo ao desconhecido, mas também como forma de justificar a causa do apresamento dos indígenas, fato que era proibido aos colonos.

A crença na existência da Serra das Esmeraldas motivou expedições e esse mito perdurou entre os colonos e portugueses por muitos anos. O anseio em encontrá-la era constante, pois, de acordo com a lenda havia grande concentração de esmeraldas e outras pedras preciosas.

Durante todo o século XVIII, e mesmo no início do século seguinte, os paulistas continuaram a organizar expedições em busca dessas riquezas; a designação “serra das Esmeraldas” aparece, inclusive, no mapa da capitania de Minas Gerais de José Joaquim da Rocha, elaborado nas últimas décadas do Setecentos. (FONSECA, 2011, p.68).

Expedições exploraram rotineiramente as terras do interior da América Portuguesa onde encontraram depósitos auríferos. A notícia se espalhou e esses locais passaram a ser povoados por pessoas de diversas partes da colônia e de outros países. No início do século XVIII, grande contingente populacional se dirigiu para a região das Minas dando origem a sociedade mineradora.

O foco da exploração colonial passa a ser a região onde eram encontradas as lavras de ouro. A sociedade que se formava naquela região possuía características

urbanas, ao contrário da região açucareira do Nordeste colonial que era basicamente rural.

Ao descrever as características urbanas da sociedade mineradora é necessário abordar a denominação de urbano e rural naquele período. O que aconteceu na região das minas e a sociedade que se formou foi um tanto distinta de outras localidades da colônia. Primeiro formaram-se núcleos populacionais urbanos, e depois, devido a necessidade de abastecimento agrícola, fazendas com plantações diversas se instalaram próximos a esses núcleos. De fato, pode-se dizer que a formação de Minas Gerais foi peculiar no âmbito da América Portuguesa.

O núcleo urbano que se instalou em minas, “não se confunde simplesmente com a identificação do espaço citadino, sendo preciso ultrapassar a paisagem estática do dado material da cidade para encarná-la de vida, de vida urbana, alcançando nisso um processo efetivamente histórico”. (CUNHA, 2009).

A diferença do Nordeste açucareiro, por exemplo, é que as cidades eram formadas a partir de um decreto da Coroa Portuguesa e então a dinâmica citadina ganhava vida. No caso da região mineradora, os núcleos urbanos se formavam em função da mineração após ser encontrada uma mina e iniciada sua exploração.

Todavia, é possível dizer que o processo de ruralização aconteceu de forma diferente do restante da colônia, formavam-se núcleos populacionais próximos às minas dada a necessidade de abastecê-los com alimentos. Assim a produção agrícola e pastoril, ou seja, o denominado rural se desenvolveu após o urbano. Observa-se que o rural na região mineradora, obteve maior desenvolvimento após a crise da exploração aurífera.

A sociedade que ali se formava de certo modo, era complexa e diversificada. Ofícios foram criados a partir da dinâmica mineradora e a própria instalação eclesiástica se deu de forma diferente.

A partir de então, o centro econômico da colônia se deslocaria para o centro-sul, deixando as zonas açucareiras do Nordeste. Não somente a mineração, mas também a agricultura, a pecuária e sobretudo, o comércio intenso que se desenvolveu em Minas permitiram a mutação de vários núcleos incipientes e precários de povoamento – acampamentos de mineiros, locais de arranchamento de tropeiros, pousos à beira dos caminhos -, em povoações estáveis, populosas e com casas e templos bem mais sólidos que as construções dos arraiais primeiros. Nestes lugares desenvolveram-se formas de sociabilidade tipicamente urbanas e uma cultura artística e literária sem equivalente na colônia. (FONSECA, 2011, p.26).

Para explicitar a formação dos núcleos urbanos na região das Minas é importante destacar a organização política-administrativa da Coroa Portuguesa naquela região. Baseada em sua organização interna, porém com algumas adaptações no território colonial, a metrópole denominava os locais que aos poucos iriam adquirir uma dinâmica social, econômica e eclesiástica.

Após a descoberta de ouro, a posse de terra das Minas se deu pelo processo de concessão de sesmarias, que, segundo Carrara:

Antes de tudo, em Minas Gerais, as cartas de sesmaria devem ser consideradas como garantias a posses já lançadas ou a terras já compradas. O objetivo da política adotada pelo governo da Capitania na década de 1730 e 1740 (Ordem Régia de 14 de abril de 1738 e Bando de 13 de maio de 1738) tornando nulas todas as posses que se lançassem depois da publicação destas 12 normas não era outro senão o de legalizar as posses. Dever-se-ia atentar de imediato para o fato de os peticionários alegarem indistintamente ora o título de primeiro povoador (o que traduzia em bom português o *jus primi occupantis*), ora o ter comprado a terra de um primeiro povoador. Em ambos os casos, o lançamento de posses estava na origem do acesso à propriedade. (CARRARA, 1999, p.11)

Para realizar a demarcação das sesmarias, seu espaço era delimitado por elementos naturais, “um morro, um alto, um córrego”. Sendo assim, não é tarefa fácil estudar os limites das sesmarias, “Porém, ajudam a identificar a localização de propriedades, tendo em vista a distinção entre as regiões das ‘minas’ e dos ‘sertões’”. (CARRARA, 1999).

É importante destacar as nomenclaturas que fizeram parte da divisão administrativa-eclesiástica, assim serão abordadas a divisão presente no mapa do Serro Frio para um melhor entendimento, visto que, há diversidade de nomenclaturas e a diferença entre elas não possui critérios definidos. Serão abordados os seguintes conceitos: comarca, vila, paróquia, capela e registro.

A Comarca era a reunião de “Termos” (Território da Vila) que equivalia às regiões administrativas de planejamento. “Correspondendo ao município hoje, termo designa toda extensão de território sob a jurisdição de uma vila, incluindo as freguesias e os arraiais” (MORAES, 2005). Uma Vila no século XVIII, segundo Furtado (2003), se referia ao local na Colônia que possuía Câmara, Cadeia e um Pelourinho.

Com o aumento da exploração das terras e a multiplicação da descoberta de jazidas de ouro, surgiram diversos arraiais que deram origem as primeiras Vilas da região, “Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana)”.

Nessa organização administrativa-política era notável a expressiva influência eclesiástica, sendo que, em algumas das instâncias o poder da Igreja Católica e da Coroa Portuguesa eram comumente exercidos. Na perspectiva de Matta (2006) é perceptível essa afirmação quando o autor relata a origem do processo de urbanização da Capitania:

O processo de urbanização em Minas Gerais, que se inicia efetivamente com a fundação das vilas, pressupõe a convivência de dois tipos de espaço, o político e o religioso, bem como as trocas simbólicas que se processaram entre ambos (3 Artigo publicado pelo historiador Sérgio da Mata na Revista do Arquivo Público Mineiro na seção Dossiê, 2006).

De acordo com o dicionário de Bluteau (1789) Freguesia ou paróquia era o local, cidade ou campo, onde ficava a igreja paroquial que por sua vez era coordenada por um pároco: “Parrôchia ou Paróquia, Freguezia, Igreja Parrochial, governada por Parroco”. Ele ainda insere que “parrochial, ou parroquial. Causa concernente a Parrochia ou Freguezia”. Desse modo, é possível afirmar que as palavras freguesia e paróquia possuíam sentido semelhantes.

O registro era uma forma de controle dos impostos cobrados pela Coroa e da circulação de pessoas nas entradas e saídas do território mineiro. Resende esclarece que:

No que diz respeito aos interesses mais imediatos da Coroa – controle das gentes e dos impostos -, vigiar e policiar o imbricado complexo de caminhos, trilhas e veredas têm importância decisiva. Desse fato decorre o surgimento de uma rede de interditos que, nos caminhos das minas, visam reiterar os direitos reais sobre o território, seja para cobrança de tributos, seja para combater a evasão fiscal. Do ponto de vista fiscal, instalam-se, ao longo dos caminhos, as “Passagens” e os “Registros” (espécie de alfândega), lugares, respectivamente, de cobrança dos direitos de passagem e dos direitos de entrada. (RESENDE, 2007, p.31).

Os registros então, eram locais que realizavam cobrança de impostos de entrada de mercadorias diversas e escravos por via terrestre. A passagem se configura como imposto para se atravessar rios “caudalosos” (RESENDE, 2007). Esses dois pontos de fiscalização e cobrança de impostos estavam espalhados por todo território da Capitania e é nos registros na segunda metade do século XVIII que se instalavam as Casas de Fundição.

Essas designações serviram também de delimitação do território. Em 1724 Dom João autoriza a instalação de paróquias pela região de Minas. Muitas delas eram importantes centros políticos, que tinham sido elevadas a categoria de Vila. Assim, o poder político e eclesiástico se aproximam na organização do território em Minas.

A capela era outra forma de controle eclesiástico que era construída em locais pequenos como os Arraiais. Capela é em relação a infraestrutura, uma pequena igreja com apenas um altar. Essa capela, poderia, de acordo com o crescimento local passar por transformações e ser elevada a igreja ou matriz.

Sabe-se que os rituais católicos eram muito fortes em Portugal. Após a descoberta do ouro, a igreja enviou uma grande quantidade de freis a fim de demarcar seu espaço naquela sociedade que se formava.

As denominações que foram sendo implantadas na região mineradora da colônia foram de certa forma confusa. Em diversas obras analisadas foi possível encontrar diferentes nomes para designar algum território da Capitania. Mas, há que se destacar que as primeiras povoações de colonos que se fixaram na região mineradora receberam os nomes de “arraial” e “rancho”.

Essas denominações, que em Portugal designavam originalmente acampamentos militares, adquiriram na colônia diferentes conotações significando uma espécie de ponto de parada dos bandeirantes. Eles também foram responsáveis pela ocupação territorial e seu desenvolvimento, pois, abriam estradas e formavam-se os arraiais ao redor delas, essas estradas por sua vez, se transformaram ao longo do tempo em caminhos e ponto de encontro entre os viajantes.

Ainda sobre a questão de nomenclatura do território em formação ressalta-se que a havia pouca diferença entre os núcleos de população, sendo que, em alguns casos uma denominação em Portugal era utilizada de forma diversa na colônia como pôde-se notar o exemplo de arraial e rancho. Além disso, um mesmo nome servia para qualificar dois tipos diferentes de núcleos populacionais que se formavam ou que estavam em processo de formação.

A organização do poder local nas colônias da monarquia portuguesa modelou-se com base nos concelhos. Estes eram células básicas da organização político-territorial portuguesa, denominados oficialmente como cidades, vilas, concelhos, coutos e honras, sem diferenças significativas entre essas designações. Os concelhos eram administrados por câmaras e foram, mais tarde, chamados também de municípios. Eles eram agrupados em circunscrições maiores, as comarcas, que correspondiam à jurisdição dos ouvidores, responsáveis pela tutela da gestão financeira dos camaristas e da justiça administrada pelos juízes ordinários. Nas colônias, a denominação termo de vila foi utilizada em detrimento da de município, visto que não se convinha empregar essa última em terras não emancipadas (CHAVES, 2013, p.818).

Outra denominação que explicita a afirmação acima é a de Distrito. Ela foi utilizada na região mineradora de forma “vaga”, nomeava uma região povoada onde

não se sabia ao certo o alcance de sua circunscrição. Servia, no início do século XVIII, para “[...]designar o conjunto da região aurífera [...]” (FONSECA, 2011). Por outro lado, também era empregado “[...] para se referir a cada um dos polos mineradores: o distrito do rio das Velhas, distrito do rio das Mortes, etc”.

“[...] a palavra “distrito” designa “toda a jurisdição do território que foi acrescentado ao termo, ou aos primeiros limites de jurisdição de uma cidade” Com efeito, Minas Gerais os limites das divisões civis – conselhos e comarcas – e eclesiásticas – paróquias e bispados – normalmente não eram decididos e delimitados de modo definitivo quando de sua instituição pelas autoridades coloniais. A progressão do povoamento e a formação de uma constelação cada vez mais densa de arraiais em torno das povoações-sede (vilas, sedes de paróquia) levam a uma contínua ampliação dos limites de jurisdição das autoridades locais. (FONSECA, 2011, p.81)

Observa-se que na constituição de Minas a sistematização espacial deu-se de forma peculiar. As duas autoras citadas, destacam essa organização intrínseca a Minas onde os núcleos de povoações mudavam de nome e hierarquia a partir do momento em que se fazia necessário. O desbravamento de matas virgens e desconhecidas era contínuo, novas circunscrições foram criadas a fim de organizar o território. A partir de então os espaços eram subdivididos, renomeados, ou seja, sofriam mutações em sua nomenclatura e na hierarquia administrativo-política e eclesiástica.

A Coroa não agia de forma uniforme no território colonial, em alguns locais era necessária uma fiscalização efetiva e menor concessão de autonomia a fim de evitar o contrabando. As estratégias utilizadas na colônia eram de maneira geral variadas. Com relação a essa afirmação é importante observar a ação da Coroa na autorização de criação de Vilas e Cidades na Capitania de Minas Gerais: “ao longo de todo o período colonial, foram erigidas em seu território apenas quinze vilas e uma única cidade, Mariana, enquanto a Capitania da Bahia contava com 40 vilas e a de São Paulo com 31” (MORAES, 2005).

A formação urbana de Minas foi organizada por Portugal sempre observando as funções atribuídas aos locais, seja por determinação da Coroa ou devido ao crescimento populacional. Porém, é importante destacar que quando se refere à organização urbana de Minas no período da mineração, não se pode cair no erro do anacronismo, pois, o contexto histórico do processo de ocupação territorial condizia com a realidade da época, a realidade colonial em que o Brasil se encontrava.

[...] o desenvolvimento subsequente das povoações fundadas pelos pioneiros esteve sempre condicionado pelas funções pelo estatuto e pelos títulos que foram atribuídos a estes núcleos pelo rei de Portugal e por seus representantes. (FONSECA, 2011, p.49).

Observa-se que havia articulação de Minas com outros locais da Colônia por diversos motivos e necessidade, um desses motivos era o abastecimento de gêneros alimentícios. Porém, o contrabando se fez presente entre as Capitanias dando vazão aos descaminhos do ouro. Para sanar esse problema, diversos polos populacionais foram estrategicamente estabelecidos com uma fiscalização efetiva e proibição do comércio entre Minas e outras Capitanias, como por exemplo a Bahia.

Diante do exposto, considera-se que uma forma de controlar e conhecer os locais que iam sendo descobertos e explorados, era mapear o território. A representação cartográfica de Minas é expressiva, não somente sob a ótica de José Joaquim da Rocha, mas também por outros nomes enviados da Coroa: “Em 1729, a Coroa nomeou dois padres matemáticos, os jesuítas Diogo Soares e Domenico Capacci, para mapear o Brasil e, em especial, a região mineradora da nova capitania, que sem encontrava desorganizada e desconhecida cartograficamente. (CASTRO, 2017).

A partir do momento em que os locais foram sendo povoados recebiam denominações, eram cartografados e submetidos ao poder administrativo da Coroa e gradualmente, a região mineradora foi se transformando.

Nota-se que a cartografia exerceu um importante papel na representação do território colonial possibilitando a formação de um aparato documental o qual continha informações que auxiliaram a metrópole na compreensão do espaço. Muitos mapas foram realizados para atender a alguma necessidade específica, seja para omitir ou revelar informações de quem as tinham sobre posse.

A expressão espacial desses processos é evidenciada no amplo *corpus* documental constituído pela cartografia produzida no século XVIII e nas primeiras décadas do XIX que, comparada, cotejada e confrontada com outros registros documentais e estudos diversos, permite-nos construir uma geografia do que foi a rede urbana das Minas coloniais, abordando tanto suas articulações macro-regionais, quanto o movimento centrífugo que caracterizou a formação de seus núcleos urbanos. (MORAES, 2005, p.9)

Ao longo do processo de exploração de novas jazidas de ouro e do diamante, a região mineradora obteve cada vez mais características urbanas com sua dinâmica social e formação dos povoados que se deram de acordo com a localização dos centros de mineração. Nesse caso, a cartografia possibilitou a dos núcleos urbanos que se formaram em Minas.

Observa-se que, de fato, a formação de Minas se deu de forma centrífuga. A divisão foi realizada em quatro macrorregiões, as quais constam em documentos do

século XVIII, a partir de então, ao redor delas, se assentaram núcleos populacionais que foram recebendo denominações. Assim, Fonseca concorda com Moraes ao destacar que:

Como foi assinalado por diversos autores, o povoamento de Minas Gerais fez-se de modo “centrífugo”. A partir dos centros mineradores principais – Ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro -, a população espalhou-se pelas zonas circunvizinhas e criou centenas de arraiais, cada fundação funcionando como uma ponta de lança para novas explorações e ocupações. (FONSECA, 2011, p.66)

O território foi, ao longo do tempo, recebendo denominações oficiais se tornando sede das Comarcas e Conselhos, e dessa maneira, a dinâmica da sociedade mineradora se estabeleceu com uma cultura peculiar diante dos demais locais da colônia.

Por outro lado, o povoamento de Minas Gerais não se deu apenas em função da exploração do ouro, mas também através da atividade agropecuária.

[...] segundo os dados reunidos por Waldemar de Almeida Barbosa, os arraiais que tiveram como origem a mineração são minoritários em relação aos estabelecimentos que nasceram ligados às atividades agropecuárias. (FONSECA, 2011, p.69)

Quando se iniciou o processo de mineração, as pessoas que se estabeleciam na região enfrentaram problemas com a falta de alimentos e demais produtos que se faziam necessários a sobrevivência. A descoberta de jazidas de ouro atraiu um grande contingente populacional em busca de exploração de pedras preciosas e ao chegarem no local se depararam com as dificuldades do sertão.

A fim de solucionar parte do problema, o governador do Rio de Janeiro, Artur Sá e Menezes enviou ordens à população para que cultivassem gêneros alimentícios nos locais próximos às áreas de mineração, “[...] por volta de 1702, já era comum que a extração aurífera aparecesse associada, em uma mesma propriedade, à agricultura” (FONSECA, 2011).

Surgiram assim, inúmeras fazendas próximas aos locais de mineração que eram propícias à prática da agricultura. Os fazendeiros comercializavam os produtos nas famosas vendas e disponibilizavam hospedarias para os viajantes e tropeiros que passavam pela região.

É possível afirmar que a origem da Capitania, que se diferenciava das demais naquele momento, apresentava uma cultura variada, organização política e administrativa peculiar e uma sociedade urbana nos moldes da época. Em 1721, a

Capitania de Minas Gerais foi desmembrada de São Paulo e já possuía um comércio dinâmico e a atividade mineradora como centro das relações socioeconômicas.

No período de crise da mineração, a Coroa portuguesa, preocupada com os baixos índices de lucro, enviou diversos estudiosos para realizarem análises aprofundadas referente à colônia, especialmente da Capitania de Minas Gerais. Foram realizadas descrições sobre o território, clima, vegetação, solo, etc.

Além disso, executaram um estudo acerca dos termos e denominações que se referiam ao ambiente físico da região e da sociedade que ali se formava. As nomenclaturas eram comuns no vocabulário da época como por exemplo: “Descoberto, Campanha, Conquista, Paragem, Sítio e Lugar.

O termo “descoberto” era o nome dado “quando um pequeno agrupamento humano formava-se ao lado de um ribeiro aurífero, o lugar das explorações[...]”; Campanha era utilizada para designar “[...] um povoamento situado em campos; “sertão” era algumas vezes substituído pela palavra “campanha” (do francês *campagne*, “vasta extensão de planície”) [...]”; Conquista, “[...] é empregado sobretudo nos casos que uma população preexistente (índios ou quilombolas) resistia ao avanço da colonização”. A denominação “Paragem” remetia a lugares menores que uma conquista, “[...] termo genérico que designa as terras situadas em torno de um marco geográfico- natural ou artificial-[...]”.

As palavras “lugar”, “sítio” e arraial” referem-se também a lugares ocupados de maneira estável, porém mais circunscritos. O termo lugar é, algumas vezes, empregado para designar uma povoação que não tem título de vila e, neste caso, funciona como um sinônimo de arraial. Em outros casos, é empregado no sentido do termo francês *lieu-dit*, e equivale a “sítio”: trata-se de implantações, sobretudo em áreas rurais, nas quais a densidade demográfica é bem menor que nos lugares ou arraiais, seus nomes possuem sempre um caráter descritivo. (FONSECA, 2011, p.78).

A partir da decadência da mineração, era necessário alternativas para contornar a situação econômica. Então foi enviado à Capitania em 1799 o “naturalista, mineralogista e médico formado em Matemática e Filosofia em Coimbra” (FURTADO, 1994), José Vieira Couto. Ele realizou estudos sobre diversos aspectos da Capitania a fim de levar informações consistentes à Coroa portuguesa.

A capitania das Minas Gerais é uma vasta província dos sertões do Brasil, cuja verdadeira posição, com pouca diferença, se estende desde 16 a 22 graus de latitude da banda do sul e coisa de 40 até 50 léguas alongada da costa do mar, pela parte do sul prende com as capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, ao oeste lhe fica Goiás e a Bahia ao norte. Um extenso cordão de grossas matas habitadas somente de gente bárbara e selvática corre ao longo de todo o lado oriental e tolhe a comunicação desta Capitania com a do Espírito Santos e Porto Seguro. (COUTO, 1994, p.53).

A Capitania foi dividida em quatro Comarcas (Fig. 3): a do Rio das Mortes, localizada ao sul da região e “sua cabeça a Vila de São João Del Rey”; a de Vila Rica, a capital da Capitania e sede do governo; a de Sabará, “a mais ocidental de todas, é a terceira em ordem, cuja cabeça é a Vila Real do Sabará”; e, em quarto lugar, a do Serro Frio e “o seu lugar chefe é a Vila do Príncipe” atual Serro (COUTO, 1994).



Figura 3 - Comarcas da Capitania de Minas Gerais no século XVIII

As Comarcas do Rio das Mortes, Vila Rica e Sabará “ocupam a parte mais fértil desta serra;”. A serra mencionada pelo naturalista é descrita como uma imensidão que, “levantando-se primeiramente em São Paulo, ora baixando-se, ora elevando-se mais, e desta maneira vai varando todo o Brasil e talvez deverá passar muito mais avante” (COUTO, 1994).

É importante destacar ainda, o grande contingente de pessoas que vieram para Minas atraídos pelo ouro, conforme já mencionado. Os dados demográficos que comprovam essa afirmação foram retirados da documentação eclesiástica da Capitania. O número de pessoas presente nos locais serviu para a organização espacial realizada pela Coroa.

Postulamos, portanto, uma correlação entre o crescimento demográfico-econômico e o desenvolvimento da malha eclesiástica. Mas é importante frisar, desde já, que, se diversas fontes indicam que os critérios econômicos e demográficos foram importantes na concessão de autorizações para construção de capelas e na escolha daquelas que seriam promovidas a

igrejas matrizes, não se deve concluir que haja linearidade ou qualquer espécie de determinismo neste processo. (FONSECA, 2011, p. 84).

Além disso, a região de Minas foi alvo de representações cartográficas ao longo do século XVIII. Suas funções e objetivos foram as mais variadas possíveis, “Os mapas da segunda metade do século XVIII e do início do XIX mostram a distribuição geográfica de diversos tipos de *habitats* concentrados: aldeias de gentios, arraiais, vilas, sítios e cidades” (FONSECA, 2011).

O grande contingente populacional que foi para a região de Minas deu origem a sociedade que ali se estruturava. A mão de obra escrava era a base da população que também contava com uma disparidade de classe social, a opulência estava presente através da elite mineradora, intelectuais, poetas e por outro lado a miséria se fez presente na Capitania em formação.

3.1.1 Formação social e cultural na região mineradora

A estrutura sociocultural presente na região mineradora apresentou um arcabouço de mestiçagens étnicos-culturais. Assim que a notícia da existência de metais preciosos se espalhou, chegaram a região de Minas pessoas de diversas localidades da colônia e estrangeiros.

Observamos nos seus diferentes aspectos esse aglomerado heterogêneo de raças que a colonização aqui ao acaso, sem outro objetivo que realizar uma vasta empresa comercial, e para que contribuíssem conforme a circunstâncias e as exigências do continente. Três raças e culturas largamente díspares, e de duas, semi-bárbaras em seu estado nativo, cujas aptidões culturais originárias ainda se sufocam, fornecerão o contingente maior; [...] (PRADO JUNIOR, 1942, p.37).

Na América portuguesa, frente às demais colônias, havia uma concentração e longevidade de escravidão de negros africanos. Dessa maneira, a região das minas contou com uma grande população de escravos que pôde ser mensurada através de diferentes fontes históricas do período, principalmente documentos referentes à capitação.

Como se vê, a contagem total variava consideravelmente de ano a ano, iniciando-se em 1735 em 96.541 cativos, chegando ao auge em 1739 com 102.010 indivíduos, caindo para 87.970 no ano de 1747 e fechando com a cifra de 88.286 escravos no último ano do regime da capitação, 1749. (LIBBY, 2007, p.413).

Associado a escravidão, também houve formação de quilombos, que na maioria das vezes, eram compostos por escravos fugitivos.

Em vários quilombos destruídos nas Minas Gerais durante o século XVIII, foram encontrados indivíduos livres, forros ou índios convivendo com os quilombos. Eram, geralmente, fugitivos da justiça colonial que encontravam asilo nas comunidades formadas por aqueles que estavam fugindo da escravidão. (GUIMARÃES, 2007, p.439).

Na região mineradora havia um contingente de comunidades quilombolas de pequeno porte que, para a sobrevivência de seus membros, realizavam comércio clandestinos, viviam da caça, da pesca e da coleta de alimentos. Esses locais serviam de abrigo para escravos que fugiam das más condições que lhes eram proporcionadas pelos seus senhores. Além disso, é importante salientar que esses escravos estavam intimamente ligados ao contrabando existente nas áreas de mineração.

[...] a mineração se estabeleceu sob o signo da pobreza e da conturbação social, marcando-a sobretudo o enorme afluxo de gente que acudiu ao apelo do ouro e cuja composição social se apresentava bastante heterogênea. Mais do que qualquer outro ponto da colônia, foi grande nas Minas a instabilidade social, a intinerância, o imediatismo, o caráter provisório assumido pelos empreendimentos. (MELLO E SOUZA, 1982, p.66).

A economia que se estabeleceu na colônia era congruente com a sociedade pobre que se formou. A escravidão, como forma de maximizar o lucro através do tráfico negreiro e da própria estrutura escravista, era responsável pelo contingente de escravos que compunham a população da região mineradora.

Outra camada social de Minas eram os homens “livres e libertos”. No decorrer da colonização essas duas extremidades sociais foram se configurando e formando os denominados “desclassificados” que eram componentes sociais intermediários, ou seja, não eram senhores e nem escravos.

Essa população livre teve, entretanto, um papel extremamente peculiar no nosso contexto colonial. Inicialmente, conforme viu com propriedade Caio Prado Jr., a sociedade foi definida basicamente pelos seus extremos: os senhores e os escravos, que os portugueses conheciam e exploravam desde o século XV; as funções sócio-econômicas eram, então, bem definidas. (MELLO E SOUZA, 1982, p.63).

Havia também uma camada da população composta por pessoas itinerantes que realizavam trabalhos pontuais e esporádicos. Essas pessoas eram denominadas de vadio.

[...] o vadio é aqui o indivíduo que não se insere nos padrões de trabalho ditados pela obtenção do lucro imediato, a designação podendo abarcar uma enorme gama de indivíduos e atividades esporádicas, o que dificulta enormemente uma definição objetiva desta categoria social (MELLO E SOUZA, 1982, p.64).

Segundo autora, "o vadio é aqui o indivíduo não inserido na estrutura de produção colonial, e que pode, de um momento para o outro, ser aproveitado por ela". Possuindo várias atribuições, ele se insere na estrutura colonial, como indivíduo que não tem dinheiro, e, como "criminoso e ladrão". A visão com relação a essa classe era bastante discriminatória e pejorativa. O vadio era visto como homem sem dinheiro e detentor de hábitos que iam contra a ética e moral da sociedade. (MELLO E SOUZA, 1982).

Vale lembrar que as descrições acima relacionadas ao vadio são generalizadas, no caso da região mineradora há uma peculiaridade desse indivíduo. Havia homens livres que eram garimpeiros e faiscadores. Por faiscadores, entende-se que eram pessoas que "trabalhavam nos rios com uns poucos escravos, e muitos deixavam esse tipo de atividade por não poderem se manter, nem a seus negros".

Contudo, os vadios na região mineradora possuíam grande utilidade no desenvolvimento da sociedade.

Negros, forros e mestiços na sua maior parte – mulatos, caboclos, carijós-serviam para povoar locais distantes como Cuieté, Abre Campo e Peçanha, onde se iam estabelecendo presídios; engrossavam os contingentes que entravam mato adentro destruindo quilombos e prendendo foragidos; cultivavam plantações de subsistência, enfim, realizavam uma série de tarefas que não podiam ser cumpridas pela mão-de-obra escrava. (MELLO E SOUZA, 1982, p.72).

A mão-de-obra dos "desclassificados sociais" foi utilizada em diversas possibilidades de trabalho na região mineradora como, por exemplo, nas estradas, obras públicas, guarda e polícia privada, etc.

No contexto das estruturas socioculturais, a administração colonial possuía uma rígida atuação através de leis e cobrança de impostos que se configuraram marcante na história colonial da América portuguesa. A presença de ouro na colônia era para a coroa uma situação excepcional, sendo assim, necessitava de uma efetiva fiscalização. Então administradores locais eram meticulosamente escolhidos para fazer valer as leis impostas pela coroa, "Estes foram, ao que tudo indica, escolhidos a dedo, tendo sido sempre homens da maior confiança do rei" (MELLO E SOUZA, 1982).

Segundo a autora, eram recorrentes os desvios de conduta de alguns funcionários públicos ao cometerem atos corruptos. A riqueza proporcionada pela exploração vai encher os olhos de pessoas de toda a parte da colônia, até mesmo dos

funcionários enviados de Lisboa. Assim, torna-se necessário um Estado forte que faça valer as leis no meio populacional mineiro.

Nesse interim, destaca-se uma acentuada cobrança de impostos na sociedade mineradora ao passo que, em outras partes da colônia tal atividade se deu de forma amena, assim “Reduzir os moradores à obediência, ao sossego, à união era indispensável para que os trabalhos auríferos se fizessem com sucesso, possibilitando à Coroa a aferição de lucros maiores” (MELLO E SOUZA, 1982).

Os impostos exaustivos foram um dos motivos de motins e sublevações contra a Coroa portuguesa, tal fato pode ser exemplificado através da Revolta Felipe dos Santos (1720) e Conjuração Mineira (1789).

Ainda sobre as diversas etnias presentes nas Minas, destacam-se os nativos que eram denominados “gentio da terra” (RESENDE, 2007). A presença deles no território da região mineradora foi inicialmente devastada pelos bandeirantes paulistas, nas Entradas e Bandeiras, ou foram aprisionados para o trabalho doméstico e nas minas.

Outro ponto importante a notar é que ainda que se reconheça que a motivação dessas expedições estivesse associada aos “descobrimientos” de metais preciosos e à concessão de sesmarias (que significou a anexação de territórios tradicionalmente ocupados por populações indígenas) e, por extensão, às benesses de cargos e funções, não se pode subestimar que a prática de escravização indígena tivesse despertado o interesse de muitos participantes das bandeiras.(RESENDE, 2007,p.223).

Dessa maneira, “[...] os anos de 1760 foram o período em que mais se concedeu sesmarias [...]. A mineração havia entrado em crise e o foco seria dominar as terras indígenas.

O procedimento do aprisionamento dos gentios se dava da seguinte forma: o comandante da bandeira encaminhava uma petição ao órgão administrador – Senado da Câmara de Vila Rica – que a partir de então, era encarregado de providenciar o batismo e encaminhar o índio para aprender algum ofício. Em contrapartida fazia-se necessário a prestação de conta a cada três meses do desenvolvimento do gentio. Destaca-se que os “administrados” eram catequisados conforme os dogmas da igreja católica.

Esses índios, comprados, raptados ou barganhados, ou fruto de correrias pelo sertão – sejam os que vieram com os paulistas, os remanescentes de entradas nos sertões ou os fugitivos de aldeias, sejam aqueles que foram desalojados de suas terras- todos engrossavam as fileiras dos “índios coloniais” que passaram a viver nas vilas e lugarejos mineiros, sob a tutela dos seus administradores. Incorporados ao cotidiano colonial, irão ajudar a

compor um novo cenário da Minas Gerais Setecentista. (RESENDE, 2007, p.223).

A cultura religiosa que se instalou em Minas foi baseada nos preceitos da igreja católica. Segundo Paiva (2007), "práticas relacionadas ao catolicismo, às religiões tradicionais africanas, por vezes às crenças indígenas e, até mesmo, ao islamismo se misturavam e se superpuseram, conviveram e coexistiram entre os forros".

Diferente do restante da colônia, na região mineradora foram instaladas as irmandades religiosas. Elas tinham como objetivo a caridade e a própria organização religiosa, além de exercer grande influência na população. Observa-se que a extensão do poder eclesiástico na região mineradora foi além dos preceitos religiosos e entrou em questões políticas, administrativas e geográficas da Capitania.

3.1.2 O poder eclesiástico na sociedade mineradora

O poder eclesiástico presente nos países Ibéricos no século XVII e XVIII, possuiu incidência direta nas colônias. A exemplo disso, o Brasil em que foi marcante desde o início da colonização.

Em meados do século XVI a Europa se deparou com um fenômeno que mudou o curso da centralização do poder espiritual exercido pela igreja católica, a Reforma Protestante. Naquele momento, a instituição perdeu parte de seu poder e inúmeras pessoas seguiram outras ideologias religiosas.

A fim de aumentar o número de fiéis e proteger o catolicismo, foi fundado em Portugal, pelo jesuíta Inácio de Loyola, a companhia de Jesus. Ela se tornou uma das principais instituições religiosa em Portugal e na América Portuguesa, onde se espalhou através da fundação de colégios, escolas e das famosas missões (que tiveram maior repercussão no sul da colônia).

Desde então, a instituição católica se estabeleceu na colônia exercendo também o poder administrativo. Esse fator foi primordial no desenvolvimento urbano de Minas Gerais ao passo que a instituição de capelas, matrizes e paróquias deram origens a diversas localidades:

Não obstante, pode-se afirmar que, no momento em que a Coroa portuguesa decidiu tomar as rédeas do processo de ocupação da região mineradora, foi através da Igreja que ela procurou se impor e "reduzir toda a gente que anda nas minas e povoações". De fato, com a instituição das primeiras freguesias, a metrópole começaria a exercer um certo controle sobre os arraiais que se multiplicavam naquele vasto território. (FONSECA, 2011, p.82).

O sagrado se propaga no espaço, fator que esteve presente ao longo da história da humanidade. No século XVIII, a direção da colonização e os olhares se voltaram para Minas Gerais.

Durante o século XVIII, a expansão dos santuários coincide com a grande corrente migratória de aventureiros portugueses e brasileiros em direção a Minas Gerais e demais regiões mineiras. O que caracteriza a formação dos santuários nesse século é a ausência das ordens religiosas clássicas que evangelizaram o litoral brasileiro: os franciscanos, os jesuítas, os beneditinos e os carmelitas. O movimento missionário do século XVIII não foi clerical e sim leigo. Os santuários que surgem neste período representam uma tentativa popular de valorização da fé e da moral católicas, em oposição aos males trazidos pelo ouro. É nesse contexto socioeconômico, que produziu luxo e poder para uns, e miséria e opressão para outros, que o número de ermidas ganha maior importância. (ROSENDAHL, 2006, p.144).

Percebe-se o importante papel da Igreja no processo de ocupação da região mineradora, porém, a “conversão” ao cristianismo foi realizada entre os povos indígenas e o poder dessa instituição nos territórios conquistados apresentava duas faces: civil e religiosa. As capelas, paróquias e freguesias que se instituíam possuíam um cunho administrativo dentro do processo colonizador naquela região, assim, “A instituição de sedes paroquiais supunha a existência de um núcleo de povoamento estável e de uma certa prosperidade nas zonas que seriam incluídas dentro de cada freguesia” (FONSECA, 2011).

No contexto histórico de diversos municípios mineiros, a origem está associada à construção de uma capela que, ao seu redor, formavam-se os núcleos de povoamentos. Era comum a existência de capelas próximas às áreas de mineração e fazendas que, geralmente, eram construídas pelos seus donos.

De fato, diversos relatos históricos demonstram que, de modo geral, o momento da consagração – ou seja, da oficialização – das pequenas capelas construídas pelos habitantes ao lado de suas lavras ou de suas roças coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável. Em seguida, a promoção destas ermidas à condição de capelas filiais e, mais tarde, de igrejas matrizes era, frequentemente, uma das consequências do crescimento e da prosperidade dos arraiais em que se situavam, mas também dos espaços rurais circundantes. (FONSECA, 2011, p.83).

É possível afirmar que a constituição da Sociedade Mineradora tinha por influência a organização da Coroa Portuguesa que, por sua vez, possuía ligação estreita com a igreja católica.

As irmandades leigas foram outro fator que se fez importante no processo de constituição do poder eclesiástico na região das Minas. São elas que vão cuidar de obras de caridade dando assistência a população pobre da região. Observa-se que

em outros locais da Colônia (São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador por exemplo) houve a fundação de ordens religiosas como beneditinos e carmelitas enquanto em Minas a instituição fica a cargo das irmandades.

Como se sabe, tal medida teve como consequência a formação de um clero majoritariamente secular nas Minas e de uma vida religiosa orquestrada pelas irmandades leigas. A estas últimas incumbiam não apenas as obras de caridade, mas uma parte considerável da organização da religião. Além do mais, estas associações encarregavam-se de tarefas que eram, *a priori*, da alçada do Estado – a assistência aos pobres, por exemplo - e da igreja como instituição – a construção de edifícios religiosos, o financiamento dos objetos necessários ao culto. O estabelecimento de estruturas do poder eclesiástico dependeu, portanto, essencialmente da iniciativa dos habitantes. (FONSECA, 2011, p.85).

A constituição das irmandades na região mineradora foi determinada pelo jogo político da Coroa Portuguesa com a Igreja Católica. O rei de Portugal recebeu do papa o padroado, dessa forma, não era vantajoso dividir o poder de uma região rica em pedras preciosas com a instituição católica.

Assim, enquanto em outros locais da Colônia havia a forte presença do clero regular, o governo português autorizou a fundação das irmandades leigas afirmando a presença do clero secular.

Os membros das irmandades construíram capelas, igrejas, cuidavam da caridade, dentre outras funções. Pode-se dizer que havia rivalidades entre as irmandades, mas também, havia hierarquia e distinção social dos membros. Ricos, negros, pobres não poderia pertencer a mesma irmandade, nesse caso é perceptível a questão social imbuída na representação dessas instituições.

A organização eclesiástica, sendo também base da organização administrativo-política, foi reproduzida na Colônia.

Como ocorria em outras partes do império português, assim como em outras nações da Europa, as paróquias ou freguesias constituíam as células de base da organização eclesiástica na colônia. No âmbito das freguesias desenrolavam-se todas as atividades da vida religiosa; mas elas também serviram à administração civil e, em particular, ao fisco – a paróquia sendo a unidade territorial adotada para diversos atos de natureza administrativa, como os recenseamentos e a cobrança de impostos (como o dízimo). (FONSECA, 2011, p.85).

Ainda a respeito das irmandades é importante destacar seu papel social e cultural na região das Minas. Social ao passo que havia critérios quanto à participação dos membros e cultural por sua influência e dogmas exercidos em toda a sociedade. A distinção social se fez presente através das irmandades que aceitavam como

membros somente brancos e que fizessem parte da elite mineradora como por exemplo os devotos do Santíssimo Sacramento.

Elas reuniam os fiéis que tinham devoções específicas – ao Santíssimo Sacramento, às Almas do Purgatório, à Virgem e aos diversos santos – e, ao mesmo tempo, constituíam mecanismos de assistência mútua e caridade. Cada irmandade dispunha de recursos financeiros próprios, geridos por um corpo administrativo que refletia as hierarquias sociais – os cargos de responsabilidade sendo frequentemente ocupados pelos mais abastados e instruídos. As condições de admissão eram regulamentadas por estatutos que estabeleciam exigências estritas quanto à origem e aos costumes de seus associados; algumas irmandades só aceitavam uma determinada categoria étnica ou social. (FONSECA, 2011, p.94).

No meio rural, o poder eclesiástico influenciou a expansão das fronteiras agrícolas, onde inúmeras capelas foram construídas. Inicialmente se encontravam em propriedades particulares e depois, com o aumento da população que residia nas proximidades, eram erguidas capelas para uso público. Nesse sentido, o processo de ocupação dos locais pelas fazendas e o surgimento de capelas se deu da seguinte forma:

Os pioneiros que se instalavam nos sertões da capitania muitas vezes viam-se demasiadamente afastados, distantes de suas matrizes. Assim, erigiam pequenas ermidas, as quais, em princípio, serviam apenas aos ritos religiosos cotidianos de suas famílias, de seus escravos e agregados, como também à celebração (mais esporádica) dos sacramentos por um capelão de passagem. Pouco a pouco, novos fazendeiros instalavam-se nas proximidades e o número de fiéis aumentava: os habitantes então requeriam à autoridade episcopal a construção de uma capela pública, servida permanentemente por um coadjutor. (FONSECA, 2011, p.111).

As capelas que surgiram nos arredores de núcleos populacionais poderiam ser substituídas por um edifício maior e no local se formar um Arraial, caso o contingente de pessoas aumentasse. Para isso, era solicitado uma elevação eclesiástica à matriz. Porém, “caso o pedido fosse atendido pelo bispo, a localidade não mais seria chamada de “capela” e “aplicação”, mas de arraial e freguesia” (FONSECA, 2011).

A fundação de capelas, realizada muitas vezes por doações de terras feitas pelos fazendeiros, poderia se tornar uma fonte rentável ao criar um núcleo de comércio para os donos de terras. Observa-se que o poder eclesiástico no meio rural, através da elevação dos locais em arraiais ou freguesia, é uma forma complexa que dependia de inúmeros fatores.

Nota-se, portanto, que a promoção dos arraiais na hierarquia eclesiástica dependia de muitos fatores: da comodidade e da salubridade do lugar, do número de habitantes, da densidade do povoamento (concentrado ou disperso), da riqueza dos fiéis e das capelas, da distância entre os povoados e as igrejas matrizes já existentes, e também de conjunturas políticas. (FONSECA, 2011, p.118)

O desempenho do poder eclesiástico no processo de colonização das Minas, se fez presente nas fronteiras da capitania com parte dos bispados da Bahia, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Olinda. A partir da criação do bispado de Mariana, os locais foram reivindicados para sua jurisdição. Dioceses e prelazias foram sendo implantadas ao longo dos desbravamentos realizados pelos colonos sob inspeção da Coroa portuguesa e do poder eclesiástico.

Vê-se então, que a Igreja católica desempenhou um papel determinante em cada uma das etapas da colonização de Minas Gerais. Parece-nos, contudo, que ela não foi apenas um “instrumento da conquista”, ou uma simples “executora da vontade da Coroa”, como afirmaram certos autores. Se é verdade que os padres e os bispos exerceram papéis importantes no tocante à administração civil e ao fisco, vimos que eles nem sempre obedeceram “piamente” às ordens de Lisboa (FONSECA, 2011, p.128).

Diante disso, é possível perceber o papel de administradora e de suporte geográfico exercidos pela religião católica ao atravessar fronteiras construindo capelas e igrejas que serviram para iniciar o povoamento de diversos locais.

4 ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DO MAPPA DA COMARCA DO SERRO FRIO

A partir do contexto histórico no qual foi criada a Comarca e sua organização administrativa e eclesiástica, percebem-se as motivações pelas quais a Coroa solicitou a José Joaquim da Rocha produzir mapas da Capitania de Minas e das suas respectivas Comarcas. A Comarca do Serro Frio possui origem semelhante às demais, com algumas diferenças nas demarcações ocorridas, principalmente do Distrito Diamantino. Além disso, a própria administração colonial e autorizações para a criação do complexo urbano e eclesiástico. Nessa região a ocorrência de contrabando foi frequente, o que fez a coroa portuguesa realizar uma efetiva fiscalização. Os descaminhos dos diamantes fizeram com que o Distrito Diamantino fosse fechado por diversas vezes restringindo o acesso às lavras de ouro. A fiscalização tem como ponto alto o Regimento Diamantino de 1771, “O livro da Capa Verde” regulamentando a Real Extração (FURTADO, 1996). Diante disso, é possível perceber as motivações que levaram José Joaquim da Rocha a elaborar o mapa da Comarca do Serro Frio com riquezas de detalhes e demarcação dos limites (Fig. 5).

4.1 A Comarca do Serro Frio: surgimento e divisão política-administrativa

A Comarca do Serro Frio teve sua origem a partir da mineração. Após encontrar e no entorno, formavam-se núcleos populacionais. Os metais preciosos foram encontrados no final do século XVII atraindo pessoas de diversas partes da Capitania e de outros locais.

Vinham em corpos separados, ou companhias armadas que se chamavam *bandeiras*. Pretende-se que o nome que deram à vasta extensão de terrenos, que depois constituiu uma das mais importantes comarcas da Capitania, é a tradução da palavra *Ivituruí*, que na língua indígena quer dizer *montanhas frias*, em razão do aspecto montanhoso do país e da frialdade do clima. Logo se fundou um pequeno arraial debaixo da invocação de Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio, que depois se elevou a Vila do Príncipe, e é hoje a Cidade do Serro (SANTOS, 1976, p.41).



Figura 4 - Mapa de localização da Comarca do Serro Frio - 1778 no Estado de Minas Gerais;
Fonte: Carvalho e Castro (2009 e 2010)

Inúmeras bandeiras tinham como destino e objetivo desbravar a região da Comarca. A partir do momento em que os bandeirantes chegavam aos locais foram descobrindo minas e iniciando a exploração aurífera. No entorno, formavam-se povoados que passariam pela dinâmica de designação urbana de acordo com os interesses da Coroa a fim de administrar aquele território. Após a instalação da Vila do Príncipe,

[...] em 1715, nesse mesmo ano tomaram posse suas primeiras autoridades: Geraldo Domingues (1º juiz), Jerônimo Ferreira da Fonseca (2º juiz), Antônio de Moura Coutinho, Luís Lopes de Carvalho e Antônio Sardinha de Castro, vereadores; e Manoel Mendes Fagundes, procurador. (BARBOSA, 1971, p.495).

A paróquia do “Sêro” foi fundada no ano de 1703 e tornou-se colativa em 1724, “A Capela de Santana, junto à cadeia, foi erigida por provisão de 2 de dezembro de 1749, a pedido do Tte. Cel. André Vieira Cardoso de Macedo; e a de S. Francisco de Paula, por provisão de 20 de julho de 1768 (Cônego Trindade)” (BARBOSA, 1971).

A Comarca do Serro Frio, segundo Couto (1994), não possuía solo propício para a prática de agricultura e as pessoas que se instalaram na região, em sua maioria, se dedicaram à mineração.

Na descrição de Rocha (1995), os metais presentes naquele território foram elencados de acordo com a quantidade encontrada em determinado local. O ouro era um metal comum de se achar em toda parte do país, a prata nas minas de Abaeté (Capelinha do Chumbo localizada no oeste de Minas), ferro e o cobre foram encontrados em várias partes da Comarca do Serro Frio, estanho, enxofre, caparrosa e nitro, também eram encontrados. Além disso, foram encontrados diamantes na Comarca com maior intensidade do que no restante da colônia.

Rocha ao descrever a Comarca a trata como continente do Serro Frio, esta denominação também é encontrada nos relatos de Cláudio Manoel da Costa em sua obra “Vila Rica” (1773),

As grandes preciosidades do continente do Serro Frio, em ouro e diamantes e todo o gênero de pedras estimáveis, são bem conhecidas por toda a Europa. O Rio Jequitinhonha, que tem seu nascimento ao norte das serras de Santo Antônio e Itambé da Vila do Príncipe, é o tesouro mais precioso destas Minas; não só o Jequitinhonha, mas todos os mais rios e ribeiros que nele se metem. [...] (ROCHA, 1995, p.132).

Ainda segundo Rocha, “Já dissemos que na Comarca do Serro Frio há diamantes, esmeraldas, crisólitas, safiras, águas-marinhas e ametistas; pedras muito preciosas não só pelo seu brilhar, mas pela rara estimação que delas se faz.” (ROCHA, 1995). De certo a Comarca era privilegiada por seus metais, diversidade e riqueza. Tão logo a notícia se espalhou pela Europa despertou interesses de várias pessoas. Assim, fazia-se necessário uma administração diferente das demais Comarcas e mais além, uma fiscalização eficiente com relação ao contrabando.

A Comarca do Serro Frio (Figura 6) foi se formando através de núcleos urbanos com uma administração política e eclesiástica. Aos poucos as bandeiras se

direcionaram aos Córregos onde dava-se início a exploração conforme aconteceu com o Tijuco: “Exploravam o terreno e encontraram ouro em abundância, como não havia notícias de haver aparecido em alguma outra parte da Capitania” (SANTOS, 1976).

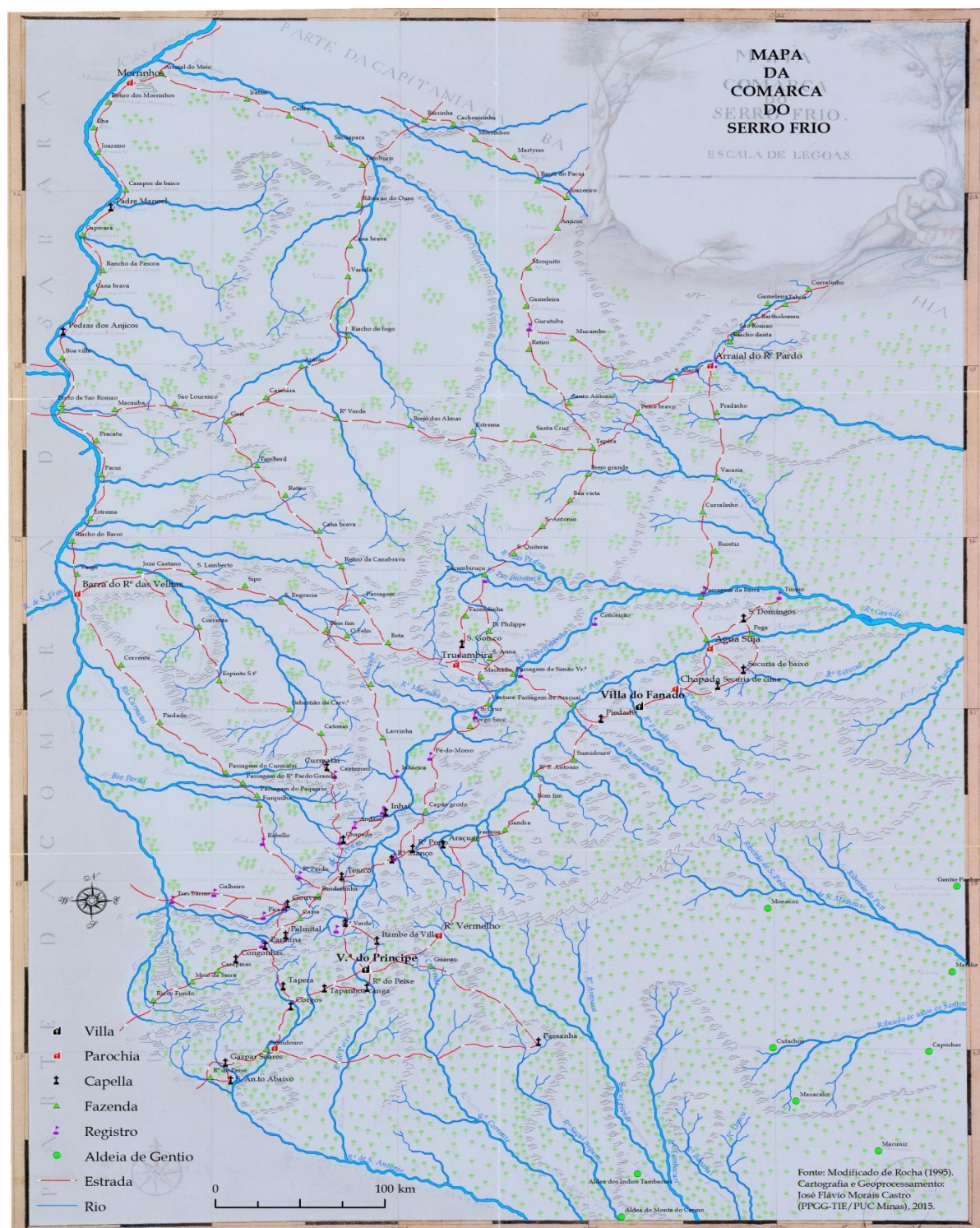


Figura 5 - Mapa da Comarca do Serro Frio -1778, destacando os principais elementos administrativos e eclesiásticos;
Fonte: Carvalho e Castro (2009 e 2010)

Segundo Rocha (1995), a Vila do Príncipe possuía três Freguesias em seu termo assim denominadas: “Nossa Senhora da Conceição da Vila, Nossa Senhora de Conceição do Mato Dentro e Nossa Senhora”, ele relata também outras Freguesias apontando a administração política e eclesiástica:

Tem mais a Freguesia da Senhora do Bom Sucesso e Almas, da Barra do Rio das Velhas ao nor-nordeste da Vila do Príncipe, situada em 332°15' de longitude e 16°18' de latitude, nas margens setentrionais do Rio das Velhas e nas orientais do Rio de São Francisco. Esse lugar é cabeça de julgado, com juiz ordinário nomeado pelo ouvidor da Comarca do Serro. Os oficiais que servem perante esse juiz vão declarados na tábua a seguir. Essa freguesia é do Arcebispo da Bahia, tem vigário colado, que o é também da vara, com jurisdição eclesiástica e juiz dos casamentos. (ROCHA, 1995, p.130).

Diante de tanta riqueza a Coroa portuguesa viu a necessidade de realizar uma administração diferenciada nos locais da Comarca do Serro Frio, conforme já descrito. Após a descoberta dos diamantes, muitos colonos abandonaram o local onde mineravam e foram em direção ao arraial do Tejuco. “A febre dos diamantes era tal que se trocava uma casa por um freio de cavalo, ou vendiam-se todas as posses para comprar escravos para explorar as lavras das preciosas pedras” (FURTADO, 2007).

Após a oficialização da descoberta dos diamantes fez-se necessária a organização e cobrança de imposto. A administração era realizada por um intendente que estabelecia relações diretas com Lisboa. Diante dos valores e da grande exploração dos diamantes, o governo português enviou especialistas para analisarem a situação na Comarca e em 1734 foi realizada a “Demarcação Diamantina” que recebeu o nome também de Distrito Diamantino (FURTADO, 2007).

A partir de então a Coroa realizou forte fiscalização na exploração dos diamantes e envia Intendentes para tomarem conta da região. Tais fatores sobre o Distrito Diamantino, bem como a história será explanado com maiores detalhes no subtema seguinte.

4.2 O Distrito Diamantino

A exploração de diamantes no Tejuco (Fig.5), inicialmente se deu de forma livre e a região não tinha demarcações definidas. Em 1734, com o crescente contrabando e a imprecisão dos limites do Distrito Diamantino a demarcação foi realizada.

Para obviar a incerteza e confusão dos direitos dos concessionários de lavras auríferas, determinar a jurisdição das autoridades que se criavam e executar-se o novo regimento, foi Martinho de Mendonça de Pina e Proença por ordem do Rei encarregado de fazer a demarcação das terras diamantinas (SANTOS, 1976, p.57).

Furtado (2007) destaca que inicialmente a demarcação se fez em “um quadrilátero em torno do arraial do Tejuco”, que era a sede do distrito e onde ficavam os Intendentes, porém, outros povoados foram incluídos, “Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro” (Fig. 7).

Após a demarcação, a mineração dos diamantes foi totalmente interditada pela Coroa portuguesa a fim de regulamentar a exploração chegando ao ponto de documentos de datas serem caçados. Essas medidas foram tomadas tentando-se evitar a exploração clandestina. Assim, a fiscalização se intensificou, proibições de uso de instrumentos de mineração foram feitas e o implantou-se um patrulhamento constante na região do Distrito Diamantino.

Proibida a mineração dos diamantes, proibição que veremos durar por espaço de noventa anos, cumpria providenciar para que as ordens da Corte fossem executadas com toda a exaçaõ. Sobre isto o Governo tornou-se infatigável: pôs-se em execução tudo o que o gênio migalheiro do despotismo podia inventar, descendo aos minuciosos detalhes de prevenção. Em cada ato do Governo patenteia-se a intenção de despovoar o Distrito dos Diamantes de seus antigos moradores, para que só a Coroa pudesse usufruir os seus tesouros, quaisquer que fossem as consequências (SANTOS, 1976, p.60).



Figura 6 - Mapa do Distrito Diamantino, Ca. 1693.

Fonte: Garcia, 2011.

O naturalista Wilhelm Ludwig von Eschwege, em sua viagem ao Brasil no período de 1811-1821, iniciou sua visita a Minas em 1811 e descreveu diversos aspectos, principalmente com relação a Demarcação Diamantina. O viajante relata sobre a efetiva fiscalização naquele território:

Apenas nos rios que descem das encostas ocidentais da grande serra (pertencente à cadeia do Espinhaço) e convergem, parte para o rio Jequitinhonha e parte para o São Francisco, acreditava-se existirem diamantes, limitando-se sua extração ao chamado Distrito Diamantino do Serro do Frio, cujas fronteiras eram guarnecidas militarmente. Todas as outras regiões do Brasil, enquanto isso, eram relegadas ao abandono. (ESCHWEGE, 1996, p.138)

A fiscalização se intensificou de tal forma que o Intendente, homem de confiança da Coroa, exercesse “a jurisdição de ouvidor” (SANTOS, 1976), ou seja todas as atribuições do Distrito seriam realizadas por ele. Além disso, uma ordem foi firmada no Distrito a qual determinava que todo o diamante que tivesse sido explorado antes das proibições fosse entregue ao Intendente para serem guardados no cofre. Após chegar às mãos do Intendente, recebia registro e sua venda era fiscalizado por um designado da Coroa.

A particularidade de leis no Distrito Diamantino se fazia presente e o Governador Geral da Capitania pouco podia opinar e governar naquele território:

Éramos regidos com leis particulares, debaixo do mando de autoridades especiais, como uma colônia isolada, segregada do resto do Brasil. Já o pouco, que levamos narrado, faz ver os rigores e severidades das ordens transmitidas ao Intendente. As vistas da Corte eram haver todo o proveito do descobrimento dos diamantes: daí deviam os governadores tirar as regras de sua conduta, e assim não valiam as melhores intenções. Procuravam não se desviar das determinações da Corte, embora com o sacrifício dos povos, porque conheciam que tanto mais confiança gozariam, quanto mais promovessem os interesses do Fisco (SANTOS, 1976, p.61).

Segundo Furtado (2007), o Intendente era a principal figura administrativa para o Distrito, sendo então o cargo carregado de prestígio social. Dessa forma, “Três intendentes dos diamantes foram mais tarde nomeados membros do Conselho Ultramarino”, o que demonstra a posição de destaque desta figura. Diante da rigorosa fiscalização e controle, “Tais medidas provocaram forte comoção na população que para ali tinham imigrado atraída pelas riquezas diamantinas”. Em 1739, a exploração foi reaberta sob nova forma de exploração:

A partir de 1740, foram celebrados seis contratos, alguns deles, renovados, estendendo assim o período de quatro anos originalmente estabelecido para cada um. O sargento-mor João Fernandes de Oliveira foi o primeiro contratador, em sociedade com o negociante, cristão-novo, Francisco Ferreira da Silva. (FURTADO, 2007, p.310).

Ao todo foram seis contratos que, “exigiram condições e estabeleceram direitos muito parecidos uns com os outros”. “Apesar de certo descontrole que marcou a administração dos contratos, enorme riqueza foi extraída dos ribeiros diamantinos e abrilhantou a figura do monarca português”. Haviam denúncias de contrabandos realizados pelos contratadores, o caso mais notório foi do terceiro contratador, Felisberto Caldeira Brant, que, “Mergulhado em dívidas e acusado de contrabando de Diamantes, Felisberto deixou o Tejuco, seguindo preso para o Reino” (FURTADO, 2007).

O sistema de contratadores, que durou 38 anos, foi substituído na era pombalina.

A política pombalina também foi marcada pelo estabelecimento de monopólios que pretendiam estabelecer o maior controle do Estado sobre as riquezas do Império. Assim, em fins de 1771, um alvará régio extinguiu o sistema de contratos diamantinos, e a exploração passou a ser monopolizada pela Coroa, com a criação da Real Extração dos Diamantes, dirigida diretamente pelo intendente dos diamantes (FURTADO, 2007, p.316).

Diante da acirrada fiscalização, o arraial do Tejuco foi pouco povoado e dispunha de poucas casas, muito luxo e um comércio robusto.

A elite do Tejuco era ilustrada, e isso se revela na posse de livros, que refletia o seu grau de instrução, que era elevado para época. Destacava-se a biblioteca do guarda-livros, Manoel Pires de Figueiredo, composta de aproximadamente cento e quarenta obras, dispostas em cerca de trezentos e sessenta tomos, que abrangiam os mais diferentes assuntos, em latim e francês. (FURTADO, 2007, p.317).

A sociedade do arraial, assim como as demais da Capitania, era também composta por grande quantidade de escravos e um pequeno contingente de libertos, “Não era uma sociedade imóvel, apesar de ter seus principais valores baseados nos critérios de nascimento e honra” (FURTADO, 2007). A ascensão social era uma busca dos escravos libertos e algumas mulheres conseguiam por meio do concubinato, caso mais famoso da mulata Chica da Silva.

4.3 Elementos administrativos e eclesiásticos presentes na Comarca do Serro Frio em 1778.

Esta pesquisa tem como meta a análise dos elementos contidos no mapa da Comarca do Serro Frio: “Vila, Parochia, Capela, Fazenda, Registro, Aldeia de Gentio, Estrada e Rio” (ROCHA, 1778) (Fig. 8).

O mapa da Comarca do Serro Frio atrai atenção dos leitores pela riqueza de detalhes e a pertinência na representação espacial; impressionam devido a época em que foi produzido e os recursos visuais aos quais o cartógrafo disponibilizava.

[...] no *Mapa da Capitania de Minas Gerais com divisa de suas comarcas*, de 1778, José Joaquim da Rocha registrava com maior fidelidade e detalhe, as articulações entre Minas e o Nordeste já bastante consolidadas. Vilas, freguesias, arraiais e registros já pontuavam não só os trajetos que se desenvolveram às margens do São Francisco e aqueles que passavam pelo Distrito Diamantino, mas também uma rede de conexões, que se expandiu pelos sertões do norte da capitania. (MORAES, 2005, p.13)

Além disso, não se configura somente como um aparato cartográfico, mas um documento histórico de uma Comarca que era alvo de vários interesses, não somente da administração colonial, mas de outras camadas da sociedade mineradora.

A junção destes elementos no mapa estudado, juntamente com bibliografias que tratam do período, demonstram as intenções do cartógrafo ao produzir o mapa. As representações cartográficas são importantes na análise da dinâmica espacial, social e econômicas da época.

É relevante observar o contexto histórico em que o autor estava inserido, levando em conta principalmente o período analisado, 1778. Momento de efetiva fiscalização por parte da metrópole no Distrito Diamantino. Os descaminhos dos Diamantes e a corrupção dos Intendentes impulsionaram a Coroa a tomar medidas que sanassem os problemas existentes.

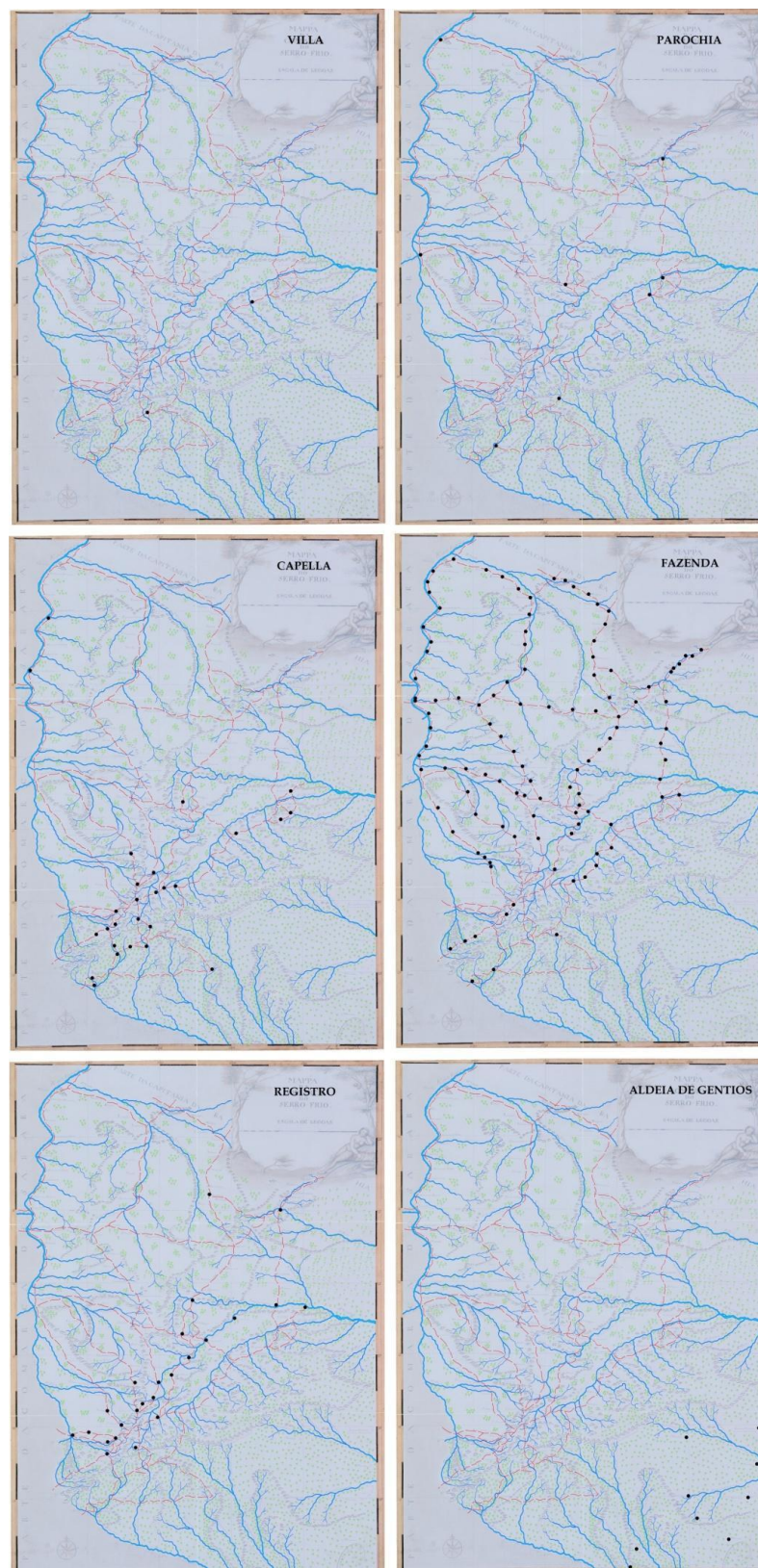


Figura 7 - Coleção de mapas da Comarca do Serro Frio - 1778, destacando os principais elementos administrativos e eclesiásticos;
 Fonte: Carvalho e Castro (2009 e 2010)

A distribuição das paróquias nos principais núcleos urbanos revela a presença do poder eclesiástico na Comarca do Serro Frio, assim como nas demais Comarcas. Aqui é importante destacar que muitos templos religiosos iniciaram como uma simples Capela, a partir do crescimento do povoado ao seu redor e a elevação na hierarquia urbana da época, passavam por modificações arquitetônicas tornando-se igrejas e matrizes. Destaca-se que, nesse período, a coroa portuguesa se encontrava no regime de padroado, então, para se emergir uma capela e elevá-la a categoria superior era preciso que a rede urbana também tivesse sido elevada hierarquicamente.

No mapa da Comarca do Serro Frio, elaborado por Rocha, estão representadas oito paróquias: duas sudoeste da Comarca, mais próximas à sede da Vila do Príncipe; duas a oeste, no “entorno” da Vila do Fanado; uma na parte central da Comarca; uma a oeste (Barra do Rio das Velhas); uma a extremo noroeste (Morrinhos) e finalmente uma paróquia no Arraial do Rio Pardo, a nordeste. As três últimas citadas localizam-se em áreas predominantemente agrícolas, ou seja, em áreas de fazendas. É importante ressaltar a existência dessas paróquias nessas áreas, mesmo em menor concentração, mostrando a presença do poder eclesiástico por toda a Comarca. Portanto, as paróquias distribuídas em todo o território colonial demonstram a imposição do poder religioso tanto em locais afastados e pouco povoados quanto nos principais núcleos urbanos.

Nota-se que a presença de Capelas é predominante a sudoeste da Comarca próxima à sede da Vila do Príncipe, onde estão os principais núcleos de mineração e administração. A presença de grande número de capelas naquela área destaca o poder eclesiástico de forma imponente no principal núcleo de população e mineração. Percebe-se também a concentração de algumas capelas na Vila do Fanado e no seu entorno. É possível considerar que o poder eclesiástico está distribuído de forma estratégica, já que a Comarca recebeu imposições da Coroa que foi diferente das demais.

É importante destacar a Real Extração dos Diamantes, implantada em 1772, que determinava a exploração nas minas poderia ser realizada exclusivamente pela Coroa Portuguesa. A origem dessa normatização está no rigoroso Regimento Diamantino (1771) que demarcou o Distrito Diamantino devido aos descaminhos do ouro. Com isso, o regimento, as demarcações e constantes fechamento do Distrito Diamantino irão incidir em todo o aparato administrativo e eclesiástico da Comarca. A

construção de capelas e igrejas foram regulamentadas, pois a fiscalização restringia a divisão do poder naquela área.

Os Registros, assim como as Paróquias e Capelas, também se encontram concentrados nos núcleos administrativos do Distrito Diamantino, ou seja, onde predominava a exploração mineral, a sudoeste da Comarca. O mapa de Rocha também revela a presença de Registros nas proximidades da Vila do Fanado, a oeste da Comarca, e em menor concentração na parte central e nordeste, em áreas de fazenda. Na parte noroeste da Comarca, onde também predominavam as atividades agrícolas, não está representado nenhum Registro.

A fiscalização na Comarca atingiu seu auge com o Regimento Diamantino o qual instituiu o monopólio da mineração pela Coroa Portuguesa. Apesar de haver fiscalização em toda parte da Capitania, a Comarca do Serro foi palco de uma rigidez administrativa, podendo ser caracterizada como despótica, rigorosa e por muitas vezes cruel. A circulação de pessoas no Distrito Diamantino foi monitorada e restringida. De acordo com Furtado:

O controle dos moradores com exigência de inscrição na Intendência (§ 10) e do registro de sua entrada no Distrito, por bilhetes com prazos determinados (§ 37) já tinham sido feitos em diversas épocas, como em 1739 quando Distrito foi demarcado e novamente em 1743 e 1753. (FURTADO, 1996, p.81).

Rocha em sua corografia do Serro Frio relata a Demarcação Diamantina detalhando o quantitativo de soldados e os locais de passagens onde havia intensa fiscalização.

QUADRO 1- Fiscalização da Comarca do Serro Frio em 1778.

	TIPOS DE FISCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	GUARNIÇÕES	PEDESTRES
1	Destacamento de Milho Verde	Su-sudoeste do Tijuco 333°36'E e 18°17'S	6 soldados 1 cabo	4
2	Destacamento de Paraúna	Sudoeste do Tijuco 333°15'E e 18°21'S	4 soldados 1 cabo	2
3	Destacamento da Gouveia	Su-sudoeste do Tijuco 333°21'E e 18°8'S	4 soldados 1 cabo	2
4	Guarda da Picada	Lés-sudoeste da Gouveia 333°15'E e 18°12'S	1 ou 2 soldados	-
5	Guarda das Três Barras	Oeste do Tijuco 332°42'E e 18°7'S	1 soldado	-
6	Registro do Galheiro	Oeste do Tijuco 333°E e 18°5'S	2 soldados 1 fiel 1 administrador	1
7	Destacamento do Rio Pardo	Oeste do Tijuco 333°25'E e 18°S	3 soldados 1 cabo	-
8	Registro do Rabelo	Lés-noroeste de Tijuco 333°15'E e 17°42'S	2 soldados 1 fiel 1 administrador	1
9	Registro de Caeté-Mirim	Norte do Tijuco 333°35'E e 17°21'S	2 soldados 1 fiel 1 administrador	1
10	Destacamento da Chapada	Norte do Tijuco 333°37'E e 17°42'S	4 soldados 1 cabo	2
11	Destacamento do Andaial	Nor-nordeste do Tijuco 333°41'E e 17°38'S	3 soldados 1 cabo	-
12	Destacamento Diamantino	Nor-nordeste do Tijuco 333°50'E e 17°33'S	2 soldados 1 cabo	-
13	Registro de Inhacica	Nor-nordeste 334°E e 17°21'S	2 soldados 1 fiel 1 administrador	1
14	Registro do Pé do Morro	Nordeste do Tijuco 334°9'E e 17°15'S	2 soldados 1 fiel 1 administrador	1
15	Guarda do Rio Manso	Nordeste do Tijuco 333°51'E e 17°48'S	4 soldados 1 cabo	2

Fonte: Rocha (1995, p.135)

A descrição de Rocha demonstra a rigorosa fiscalização na Demarcação Diamantina em que todos os locais próximos ao Arraial do Tijuco estavam sob guarda da Coroa. Além disso, o cartógrafo relata que há uma rotatividade entre os guardas que fazem parte de todo o esquema, eles são revistados por um oficial que inicia sua rota por todos os “Destacamentos” iniciando no primeiro dia do mês até o ultimo dia. Seu ponto de partida é o Arraial do Tijuco e após realizar a visita em todos os locais demarcados retorna ao Arraial onde sai outro oficial com a mesma missão.

A distribuição espacial da fiscalização exercida na Demarcação Diamantina, pode ser vista na Fig. 8.

Locais de Fiscalização em torno da Demarcação Diamantina - 1778

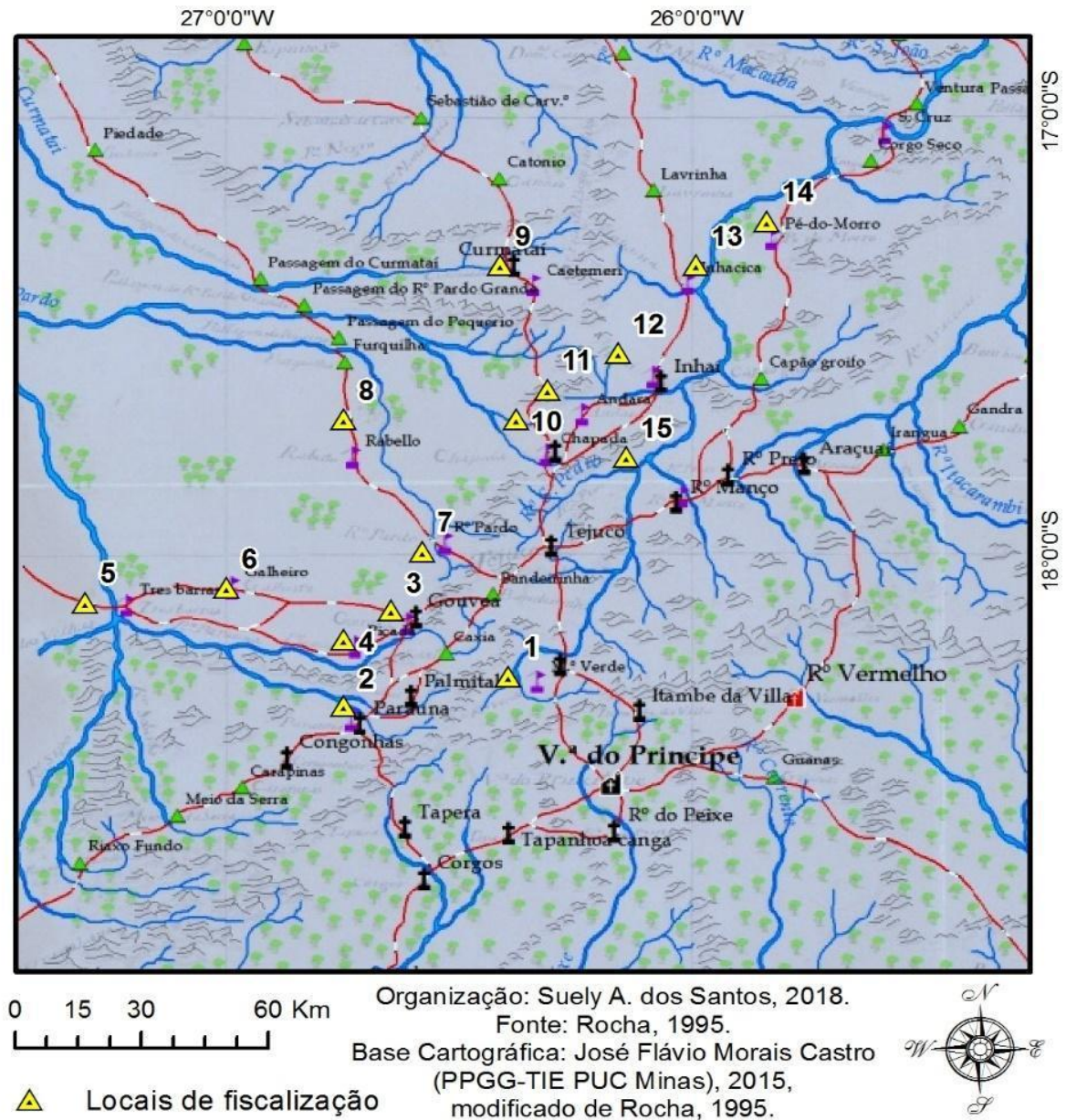


Figura 8 – Locais de fiscalização em torno da Demarcação Diamantina de 1778.

A divisão da rede urbana da Comarca, destaca até aquele período, 1778, a existência duas vilas. A Vila do Fanado, atual Minas Novas, a leste da Comarca e a Vila do Príncipe, atual Serro, a oeste. Essa última há que se destacar que é a denominada cabeça de Comarca, local sede da administração do território do Serro Frio. Além disso, observa-se que essa vila está localizada em torno da região de maior exploração de ouro e diamantes.

De acordo com os relatos de Rocha, a Vila do Príncipe foi criada em janeiro de 1714 pelo então governador D. Brás Baltazar da Silveira e o povoador da região foi Lucas de Freitas, o qual denominou um córrego ao norte da Vila com seu nome. As funções administrativas presente na Vila eram:

Essa Vila tem ouvidor, que também serve de corregedor, provedor de defuntos, ausentes, capelas e resíduos, e de intendente da Casa de Fundação do Ouro desta vila e de toda a Comarca; tem de ordenado por ano como ouvidor, pago pela Fazenda Real, 500\$000; de rendimento por emolumentos deste lugar, segundo a certidão, 399\$000 ; de meio ordenado de intendente por ano 800\$000 ; de ajuda de custo pela devassa dos extravios, como acima, 500\$000 ; de rendimento por emolumentos do lugar do intendente, por ano, 55\$000 ; de propinas, por ocasião de festas reais ou lutos, 90\$000 ; tem casas de residência como intendente. Os oficiais que laboram nessa Intendência e os ordenados, que vence cada um por ano, vão declarados na tábua de despesas dessa casa, a seguir. (ROCHA, 1995, p.128)

Ainda segundo o cartógrafo, havia três Freguesias sob a jurisdição da Vila do Príncipe. Elas são, Nossa Senhora da Conceição da Vila, Nossa Senhora Conceição do Mato Dentro, atual Conceição do Mato Dentro, Senhora do Bom Sucesso e Almas da Barra do Rio das Velhas, essa última pertencendo ao bispado da Bahia.

De acordo com dados do IBGE, em 1727 foi descoberto ouro em um afluente do Rio Fanado o qual os bandeirantes denominaram de Bom Sucesso. O chefe da expedição avisou ao governador da Bahia que logo tomou posse das terras integrando-as à Capitania da Bahia.

Em 1730, a então Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas, atual Minas Novas, foi incorporada a Comarca do Serro Frio sob jurisdição de Minas, mas a Vila ainda continuou submetida a Bahia nas áreas administrativa, eclesiástica e militar. Esse território era uma importante rede de articulação com a Capitania da Bahia principalmente local de contrabando de ouro e outros gêneros, logo recebeu fiscalização e Minas Novas foi incorporado a Serro Frio.

Os dados históricos apontam que até 1730 havia na Comarca somente duas Vilas e, após a criação da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, que, segundo Moraes (2005), após a criação desta passaram-se 59 anos

até se instalassem outras na Capitania de Minas. O mesmo autor destaca que houve restrições para a criação de Vila a fim de evitar que houvesse autonomia para mais territórios, “Contudo, tendo em vista o esforço da Coroa Portuguesa em controlar as áreas mineradoras, fica evidente a estratégia de se evitar a instalação de novas câmaras e a conseqüente ampliação da autonomia desses núcleos urbanos.” (MORAES, 2005 p.18).

Note-se que a implantação das Vilas na região mineradora foi realizada de forma estratégica. Logo com a descoberta do ouro o território mineiro foi palco da Guerra dos Emboabas e, após o conflito a Coroa viu a necessidade de fiscalizar e impor administração e obediência. A alternativa era fundar Vilas em posições geográficas estratégicas em todo a Capitania, pois, haveria uma administração e juízes que iriam julgar em primeira instância. Fonseca destaca essa ação da Coroa portuguesa:

Ainda no tocante às vilas, os conselheiros observavam que, se implantadas de modo estratégico, tais povoações poderiam cumprir diversos papéis: o de centros de coleta do quinto, de alfândegas, de praças de armas e de postos militares avançados (presídios).

Para assegurar o controle da circulação do ouro, o Conselho Ultramarino sugeria, ainda, que tais vilas fossem criadas nos “três arraiais” mais próximos das extremidades das estradas que ligavam a região das minas ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Bahia (FONSECA, 2011, p.140).

Na Comarca do Serro Frio, a Vila do Príncipe foi o exemplo dessa estratégia utilizada pela Coroa, ao passo que a Vila do Fanado (assim descrita no mapa de Rocha) envolveu disputas de poder entre as Capitanias da Bahia e Minas por parte dos governadores de tais Capitanias. Observa-se que a fundação das duas Vilas não foi instituída de forma aleatória, o território das Minas era disputado e diversas manobras administrativas e eclesiásticas foram feitas para o domínio do local.

Destaca-se também a questão do contrabando que a Coroa buscava de todas as formas combater. Naquele momento Vilas com juízes e efetiva fiscalização e cobrança de imposta fazia-se necessário para assegurar o poder da Coroa sobre aquela região tão cobiçada por povos que ali habitavam e por nações europeias.

4.4 Distribuição das aldeias de gentio, fazendas e estradas no mapa na Comarca de Serro Frio (1778).

As terras de maior exploração de ouro e pedras preciosas, localizadas principalmente ao redor do Distrito Diamantino, não possuíam potencial agrícola para suprir a população que ali se instalava, atraída pela atividade mineradora. Esse fato, porém, não foi um inibidor do povoamento dessas terras, estabelecendo-se as atividades agrícolas em outras partes da Comarca (ao norte, a leste e a oeste), onde, de acordo com o mapa de Rocha, estão presentes inúmeras fazendas (Fig.7).

As fazendas, elemento marcante no mapa, tem sua origem relacionada às doações de Sesmarias. Após a descoberta do ouro, muitas pessoas vieram atraídas pelas oportunidades de enriquecimento na região, tanto com a mineração quanto outras atividades econômicas. Com isso, as solicitações de senhores por doações de terra se fizeram presente em todo o século XVIII para a Comarca.

Para a Comarca do Serro Frio, no período compreendido entre 1751 e 1800, 83 Cartas de Sesmarias concederam a posse da terra a senhores que a solicitaram. Há uma concentração dessas doações até o ano de 1780. Não deixa de ser perceptível, no entanto, que o auge da exploração aurífera, contribuiu para a expressiva busca de terras no decênio final da primeira metade do século. Este fato, também, se relaciona com o aumento populacional e com a consequente maior requisição por alimentos. (MENESES, 2000, p.128)

O elevado quantitativo de fazendas sugere que a economia era diversificada o que não se restringia somente a mineração. A produção agrícola e as práticas comerciais se faziam presentes na Comarca e aconteciam no mesmo local: em fazendas em caso de grandes propriedades, e em pequenas como sítios. Dessa forma, “A atividade mineradora dividia espaço e mão-de-obra com a agricultura, a pecuária e atividades manufatureiras, em uma mesma fazenda, sítio ou chácara. (MENESES, 2000, p.128).

Na Comarca do Serro Frio se concentrava o maior número de fazendas perante as demais Comarcas, “Nota-se que ocorre concentração de fazendas na margem direita do Rio São Francisco, na Comarca do Serro Frio, cuja distribuição prolonga-se até o divisor de águas das bacias dos Rios São Francisco e Jequitinhonha , ou no limiar com o Distrito Diamantino [...] “. (CASTRO, 2017, p.76)

Cunha (2009) apresenta uma observação a respeito da necessidade em se produzir gêneros alimentícios a fim de suprir a necessidade das pessoas que

chegavam à Capitania, sua ideia compartilha com os argumentos de Meneses (2000) na medida em que o primeiro destaca:

O começo do século – os primeiros anos do século XVIII – oferece uma série de exemplos de crises de escassez. Momentos em que a população inicialmente chegada ainda não dispunha de vias estabelecidas de abastecimento para os núcleos urbanos, sendo exatamente isso que iria progressivamente promover a necessidade de produzir esses espaços complementares de produção agrícola e pastoril e, com isso, a produção em si do espaço rural. É possível, então, acompanhar ao longo do século XVIII a multiplicação progressiva desses espaços e uma certa diferenciação e especialização deles no conjunto do território de Minas Gerais. (CUNHA, 2009, p.65)

A agricultura era impulsionada pela produção de gêneros alimentícios a fim de abastecer o grande número de pessoas que habitavam a Comarca. Dessa maneira, é possível dizer que havia uma estabilidade na produção de alimentos dinamizando a economia na região. Ressalta-se que essa atividade possuía um importante papel para a sobrevivência de inúmeras pessoas do Serro Frio: “Ela foi, além de um fator de ascensão econômica e social de homens livres brancos, a atividade pela qual muitos pretos e pretas forras buscaram as suas sobrevivências e, até muitos escravos acumularam recursos para a compra de suas liberdades. (MENESES, 2000).

Compartilhando das percepções de Meneses, Guimarães e Reis (2007) em artigo denominado “Agricultura e mineração no século XVIII, destacam que a mineração não foi atividade exclusiva na economia da Capitania de Minas Gerais. Os autores destacam ainda que a historiografia tradicional, que trata do período setecentista em Minas, enfatiza a mineração deixando de lado outras atividades realizadas na Capitania.

Assim, durante a primeira metade do século XVIII, enquanto a produção aurífera se desenvolver e atingir seu auge, a agricultura teria importância reduzida, e as atividades agropastoris, pobres e inexpressivas, estariam voltadas apenas para o autoconsumo, negando-se assim a existência, na Capitania, de um mercado interno dinâmico, dotado de regras próprias. Ainda conforme as teses tradicionais, aquelas atividades só ganhariam destaque no cenário econômico a partir da segunda metade do Setecentos, sendo apresentadas como solução para a crise da mineração, que só seria de fato superada com a implantação da cafeicultura já em fins do século XIX. (GUIMARAES; REIS. 2007, p.322).

Neste contexto, acreditava-se na existência de uma agricultura de subsistência, inexpressiva e pequena. Porém, vale ressaltar que novas pesquisas com diversas fontes documentais apontam para uma atividade agrícola dinâmica. Sendo tal ideia relevante, pode-se citar a própria localização da Capitania, que afastada das demais, necessitava produzir gêneros alimentícios.

Entre os motivos apontados, pela historiografia tradicional, para a existência apenas de uma agricultura de subsistência, pobre e inexpressiva nas Minas durante a primeira metade do século XVIII, além do suposto fato de que nenhuma outra atividade poderia disputar com a mineração o trabalho escravo, estariam o isolamento geográfico da Capitania e o rápido e desordenado povoamento da região das Minas. (GUIMARAES; REIS. 2007, p.324).

De fato, é possível compreender a diversidade de atividades econômicas realizadas na Capitania, não somente a agricultura, mas a pecuária, manufatura e comércio dinamizaram a região que, na primeira metade do século XVIII necessitada de abastecimento de outras regiões da Colônia como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Após esse período a Capitania contava com uma diversidade de atividades que compunham o mercado mineiro. Principalmente a Comarca do Serro Frio. Dessa forma, a presença de muitas fazendas, representadas no mapa de Rocha, se deve ao intenso desenvolvimento de atividade agrícolas coexistente com a mineração.

Note-se que há uma forte ligação entre a quantidade de estradas e as atividades praticadas na Capitania o que não é diferente na Comarca do Serro Frio, através da rede viária presente no mapa de Rocha referente a essa Comarca. As estradas são os acessos para escoamento da mineração, da produção agrícola e circulação de pessoas.

No entanto, se tornam escassas na parte sudeste, que se encontrava isolada dos núcleos urbanos, onde predominam as aldeias de gentios. Próximos aos núcleos urbanos e fazendas é mais intensa a presença de estradas, pois era necessário escoar o ouro e pedras preciosas e produtos agrícolas.

Havia também uma intensa movimentação comercial que se fazia presente no território e, além disso, a descoberta do ouro e a necessidade de abastecimento que se fez necessária para Minas no início da atividade mineradora, ocasionou um fluxo entre os núcleos de exploração aurífera e as demais Capitanias da Colônia.

Havia três caminhos mais utilizados para se chegar ao interior mineiro. O mais antigo deles, o dos “Currais do Sertão”, vinha da Bahia. [...] Já o “Caminho Velho”, ou “Caminho Paulista”, ligava Santos às Minas, passando pelo Sul, e gastavam-se sessenta dias de viagem. [...] Finalmente, a partir de 1701/1702, foi inaugurado o “Caminho Novo” (finalizado em 1725) que ligava o porto do Rio de Janeiro à região aurífera, passando pela Zona da Mata Mineira. (GUIMARAES; REIS. 2007, p.324, apud FURTADO, 199, p.97; VENÂNCIO, 1985).

Além do comércio e gêneros de abastecimento que circulavam pelas estradas, também viajantes, pessoas ligadas à Coroa Portuguesa, soldados necessitavam de boas condições para suas viagens. Assim, há pontos de paradas em toda a Capitania

para suprirem as pessoas que por lá passavam. Porém, destaca-se que após a Demarcação Diamantina, a fiscalização nas estradas se intensificou. Diversas pessoas como os mascates, foram proibidas de entrarem na Demarcação, mas as atividades agrícolas e comerciais continuaram a ser feitas, contudo, fiscalizadas rigorosamente.

De acordo com Furtado, “Ao contrário do que se usualmente acredita, a Real Extração não trouxe a ruína econômica, nem o despovoamento da região.” (FURTADO, 1996)

A Comarca é banhada por uma intensa rede hidrográfica, configurando-se como um aspecto a favor das atividades agrícolas da época e da própria mineração de onde extraíam pedras preciosas de diversos tipos. De acordo com Rocha, em suas descrições sobre a rede hidrográfica da Comarca:

O Rio Jequitinhonha, que tem o seu nascimento ao norte das serras de Santo Antônio e Itambé da Vila do Príncipe, é o tesouro mais precioso destas Minas; não só o Jequitinhonha, mas todos os mais rios e ribeiros que nele se metem, desde o seu nascimento, que é em 33°36' de longitude e 18°20' de latitude; e correndo para o norte, vai banhando parte da Comarca do Serro Frio faz até a altura de 16°20' de latitude e inclina o seu curso para o oriente e vai desaguar no Mar Oceano Brásílico, na altura de 16°15' de latitude, com o nome de Rio Grande. (ROCHA,1995. p.132).

O cartógrafo destaca a importância dos rios que banham a Comarca, bem como das riquezas que se encontravam neles. Ele ainda destaca que: “No Rio de São Mateus, ao oriente da Vila do Príncipe, nos consta ter iguais riquezas [...]” (ROCHA,1995)

Rocha demonstra no mapa um total de nove aldeias de gentio, isoladas, localizadas prioritariamente a sudeste da Comarca do Serro Frio.

Com as Entradas e Bandeiras diversas tribos foram destruídas e, adicionado a isto, a doação de sesmaria contribuiu para esse fator. Os bandeirantes entravam nas matas tomavam as terras, matavam muito índios, aqueles que resistiam aprisionavam e os faziam de escravos.

Na segunda metade do século XVIII, com a decadência da mineração, as terras que ainda não tinham sido conquistadas foram palco da presença dos bandeirantes a fim de encontrar novas alternativas.

Mirando esses três propósitos (via de regra, prospecção das riquezas minerais, anexação de terras e preagem de índios), as bandeiras devassaram o território mineiro durante todo o século XVIII. Mas foi certamente a partir da década de 1760, em função da crise que se abateu sobre a mineração, que o avanço para o interior aumentou. (RESENDE,2007, p.223)

Os índios que habitavam o território do Serro Frio eram os denominados “Botocudos”. Essa população era temida e, segundo Fernandes (20..) “índios considerados antigamente: antropófagos”. De certo a população indígena era um impasse a posse e exploração das terras que habitavam. Porém, os portugueses utilizavam os índios como guias pelo fato de serem grandes conhecedores do território.

Enfim, o mapa de Rocha foi marcante na representação espacial do Serro Frio. Carregado de informações que possibilitam entender a realidade da época e os diversos interesses em voga. Não somente a história, mas a lógica da apropriação e organização espacial da Comarca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever a interdisciplinaridade entre Geografia e História não é tarefa fácil mediante a escassez de bibliografias que tratam do assunto. Nesse trabalho, a obra de José de Assunção Barros (2017), assumiu importante papel por tratar estritamente da relação entre as duas áreas na perspectiva do espaço/tempo.

A Escola dos *Annales*, foi sem dúvida, um marco na forma de se pensar e escrever a História fazendo com que atingisse um patamar ímpar na historiografia. O diálogo com outras ciências se torna imprescindível para a investigação histórica, a qual não se restringe a um viés. Os *Annales* trouxeram a inovação de uma história vista de baixo.

Na evolução do pensamento geográfico diversos autores evidenciaram a relação entre as duas ciências em suas obras. Porém, a discussão da interlocução entre Geografia e História foi intensificado pela Geografia Histórica, pouco presente em pesquisas no Brasil. A partir dessa vertente, percebe-se que é importante que se pense a geografia de um determinado local interligada ao processo histórico da civilização. Ou seja, o homem, carregado pelas suas crenças, ideologias, necessidades modifica a paisagem natural.

É preciso reconhecer que a Geografia Histórica possui uma metodologia embrionária pautada nas categorias fundamentais: Espaço/Tempo. A utilização de revisão bibliográfica e a abordagem contextual nesse trabalho, possibilitaram o entrelaçamento com os objetivos da Geografia Histórica e se configuram como suporte teórico-metodológico fundamentais com a proposta.

No âmbito da investigação da geografia histórica, a cartografia histórica assume o papel de destaque através da representação espacial ao longo do tempo. Os mapas estão carregados de informações que condizem com o período histórico em que foram produzidos podendo traduzir e incitar questionamentos a respeito de seus objetivos e finalidades. Os elementos no mapa do Serro Frio proporcionam uma visão da dimensão do poder político e eclesiástico, bem como os acontecimentos da época projetados naquele território: contrabando, riquezas, disputas de poder, corrupção, abastecimento, questões socioeconômicas e culturais.

É pertinente que se realize uma abordagem do contexto histórico da Geografia e História no período estudado pois, proporciona um conhecimento acerca das teorias

e ideologias em voga na época e do próprio desenvolvimento das duas ciências face às produções bibliográficas produzidas.

A investigação de Júnia Furtado (2009) foi importante para a análise do mapa, visto que os elementos, juntamente com a corografia do Serro Frio realizada pelo cartógrafo, possibilitam constatar as alegações de Furtado. A riqueza dos detalhes expressa um conhecimento minucioso de todos os elementos contidos na Comarca, configurando informações importantes para a Coroa Portuguesa.

A relevância da abordagem contextual na pesquisa se destacou na descrição da origem da Capitania e seu desenvolvimento e apropriação espacial. A revisão bibliográfica possibilitou o diálogo entre autores que realizaram estudos sobre a administração política e eclesiástica realizadas na região no século XVIII. Elas também demonstraram a peculiaridade da sociedade mineradora na forma com que a Coroa implantou sua administração interferindo, através do regime de padroado, na instalação da religião católica no território de Minas.

Nesse sentido, a análise geográfica e contextualização histórica da Comarca do Serro Frio se faz necessária ao passo que é base para entendimento do mapa de forma geral e específica. Em âmbito geral está inserido o contexto da mineração na Capitania de Minas e específico quando se observa a Demarcação Diamantina e o regimento de 1771. A fiscalização que se instalou no Distrito Diamantino foi rígida, impiedosa e conflituosa, peculiar a Comarca frente às demais.

Os elementos que Rocha representou no mapa foram relacionados com as bibliografias pesquisadas. A contestação referente ao que algumas historiografias destacavam, sobre a exclusividade da atividade mineradora na região, se mostram insuficientes ao observar o quantitativo de fazendas representadas no mapa, o que evidencia a existência de uma intensa atividade agrícola e pecuária.

Observou-se na análise do mapa a inexistência de comunidades quilombolas. Não há nenhuma indicação ou marcação que faça menção a localização de quilombos na Comarca. Porém, segundo Castro (2017) havia uma quantidade expressiva de comunidades na região mineradora concentrando-se próximos a fazendas e Vilas. Castro destaca o número de comunidades quilombolas:

“[...] nota-se forte ocorrência nos vales dos Rios Jequitinhonha e São Francisco, com destaque para os municípios de Berilo (20 comunidades), Chapada do Norte (15), Minas Novas (14), Janaúba (15), Minas Novas (14), Manga (11) e Virgem da Lapa (11), provavelmente devido aos intensos trabalhos da mineração e à exploração da mão de obra escrava. Destaque também para ocorrências menores, no entorno dos municípios de Sabará,

Ouro Preto, Serro (Vila do Príncipe) e Paracatu, locais com forte atividade de mineração, que podem ter gerado intensos conflitos territoriais. (CASTRO, 2017, p.130-136).

O estudo do mapa na perspectiva da Geografia e História, é relevante por realizar inter-relação entre espaço e tempo. Além disso, disseminar no meio acadêmico a interdisciplinaridade entre essas duas ciências que possibilitará a abertura de um leque de pesquisas.

Ainda sobre análise do mapa na perspectiva da Geografia e História, ela se torna um importante instrumento para o professor da educação básica na articulação tempo, espaço e agentes sociais tornando uma eficaz prática pedagógica.

Além disso, a dicotomia entre a Geografia Humana e Física pode diminuir com a proposta do diálogo entre as duas ciências, visto que, ao estudar o espaço geográfico identifica-se o que a sociedade produziu e continua produzindo, as adaptações pertinentes ao meio ambiente físico por parte da população ao longo do tempo.

A respeito da Geografia Histórica na atualidade, o trabalho se configura em direções positivas ao proporcionar uma reflexão crítica, pertinente às ciências sociais. Assim, o leque de possibilidades de estudos se expande tanto para historiadores e geógrafos.

Sendo assim, a pesquisa se conclui com as perspectivas futuras de tornar o diálogo entre as ciências um cotidiano em minhas atividades docentes. Além disso, pretende-se levar a ideia para as Escolas a fim de disseminar, tanto para os discente e docentes, a forma holística de se estudar e compreender os fenômenos que os rodeiam, o processo histórico pelo qual as sociedades passaram, as modificações espaciais provocadas pelo homem, e os diversos elementos transformadores que deixam suas marcas no território e na paisagem local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida (Org.). Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *Geosp*, São Paulo, v. 7, p. 13-25, 2000.

ABREU, Maurício de Almeida (Org.). *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Andrea Jalobsson e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A pluralidade da Geografia e as abordagens humanistas/culturais. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2006.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão: capelas e a governabilidade nas Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 151-166, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Ática, 1987.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico por André e Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARROS, José D' Assunção. História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARROS, José D' Assunção. Geografia e História: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Londrina. Vol.19, nº 3,2010.

BARROS, José D'Assunção Teoria da História - 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERDOLAY, Vicent. *A abordagem contextual*. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, nº 16, p. 47-56. Jul/Dez 2003. Disponível em < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7763>>. Acesso em 20, dez.2017.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944 *Apologia da história, ou, O ofício de historiador* / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSCHI, Caio César (Coord.). *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998a.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário histórico do Brasil: colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau. Vocabulário português e latino*, v. 2 (Letras B-C). Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/capela>>. Acesso em: 01 jul de 2018.

BRAUDEL, Fernand. *Tempo histórico e civilização material*. Um ensaio bibliográfico. 1995.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Origens e evolução da Geografia Histórica. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 23 – Ano 13, Maio 2016*.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais, séculos XVIII-XIX*. Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica, DH/Ufop, 1999. (Série Estudos – 1).

CARRARA, Ângelo Alves. *A real fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. v. 1. Ouro Preto: Ufop, 2003.

CARRARA, Ângelo Alves. *A real fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. v. 2. Ouro Preto: Ufop, 2005.

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674 - 1807)*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2007.

CARVALHO, L. F.; CASTRO, J. F. M. Geoprocessamento de mapas históricos da capitania de Minas Gerais. In: 17o. Seminário de Iniciação Científica. Iniciação Científica: destaques de 2009. *Anais*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009. p. 285-299.

CARVALHO, L. F.; CASTRO, J. F. M. Resgate de mapas históricos da capitania de Minas Gerais em ambiente SIG. In: 3o. Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia, 2010, São Paulo. *Comunicações Livres*. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2010. v. 1. p. 1-14.

CASTRO, José Flávio Moraes. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Introdução por Francisco Iglésias; leitura paleográfica e atualização ortográfica por Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Coleção Mineiriana).

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico**. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a09.pdf>>. Acesso em: 15 jun.2018.

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global**. 2011. 427 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de Concentração: Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/pt-br.php>>. Acesso em: 15 mai.2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009. v. 11, t. 1-2.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Estudo crítico Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Coleção Mineiriana).

COUTO, José Vieira. *Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílio próprio à maneira de itinerário; com um appendice sobre a nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralógicas e utilidades que deste paiz podem resultar*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 10, v. I e II, p. 55-166, 1905.

ERTHAL, Rui. Geografia histórica – considerações. *GEOgraphia*, ano V, n. 9, p. 29-39, 2003.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. v. 1-2.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v. 1.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2000. v. 2.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

FEBVRE, L. (1946). Sur le livre La Paix Armée de Roubaud *Annales ESC* v. 1, n. 3.p. 282-284, Paris. (1978b). Duas filosofias oportunidades da história: de Spengler a Toynbee. Em: MOTA, CG; FER-NANDES, F. *Febvre*. S.Paulo: tica. p. 130-155 [original, 1936].

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Tradução Maria Juliana Gambogi Teixeira, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996. (Selo Universidade, 52).

FURTADO, Júnia Ferreira. O distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luís Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. 1, p. 303-320.

FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, 2009.

GARCIA, João Carlos dos Santos. *Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto – Catálogo*. Porto: BPMP; Flup, 2011. CD Rom.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisando a história da cartografia. *Geosp - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 16, p. 67-79, 2004.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: *Geografia: conceitos e temas*. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (Org.). 10 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade. *O caminho dos currais do Rio das Velhas: a estrada real do sertão*. Belo Horizonte: Coopmed, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n.4, p.85-99, jun.1987.

HAESBAERT, Rogério. Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política/ Rogério Haesbaert, Sérgio Nunes Pereira, Guilherme Ribeiro (orgs.); prefácio Paul Claval. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. *O Correio da Unesco*, ano 19, n. 8, 1991.

HOBBSAWM, Eric J., 1917 – Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991, tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KANT, I. Crítica da razão pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais: origens e formação*. 3. ed. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MELLO e SOUZA, Laura de. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MENESES, José Newton C. Alimentos de origem animal no Serro Frio. Produção e abastecimento no século XVIII – uma avaliação preliminar. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1993. (Monografia de Bacharelado).

MORAES, Fernanda Borges de. **Urdiduras da rede urbana das Minas Gerais setecentistas**. Construindo a trama: pontos, nós e entrelaces. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- ANPUR. Salvador, 23-27 de maio de 2005. Bahia, Brasil. Disponível em <<http://www.xienanpur.ufba.br/561.pdf>>. Acesso em: 20 mai.2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, história e história da geografia. *Terra Brasilis*, n. 2, p. 1-9, 2000. (Nova Série).

MORAES, Ant. Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1994.

NEVES, Gervásio Rodrigo (Coord.). *A natureza na cartografia histórica do Rio Grande do Sul*: mapas históricos-ambientais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Metrópole, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2008.

NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA. A problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, sem volume, n.10, p.7-28, 1993.

PIRES, Maria do Carmo. A expansão das fronteiras da comarca de Vila Rica e os novos oficiais dos sertões. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA: CAMINHOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA 1, 2006, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: ICHS, UFOP, 2006. p. 1-10.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 1. ed.1945. Brasiliense. São Paulo.

RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585- 1735): dos mitos aos fatos. In: História de Minas Gerais – As Minas setecentistas. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. 2v.

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 4. Ed., ver. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico*. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. Ática S.A. 1º ed. São Paulo. 1994.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v.1-2.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colação de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (Coleção Mineiriana).

RODRIGUES, F.L. O rock na evangelização. Rio de Janeiro: MK Ed., 2006. ROSENDAHL, Z. A identidade religiosa na perspectiva geográfica: os lugares sagrados. In: MANOEL, I. A.; ANDRADE, S.R. (Org.). *Identidades religiosas*. Franca: UNESP-FHDSS/Civitas Ed., 2008a. p. 75-90.

RODRIGUES, Carmem Marques. Os mapas de sertanistas das pedras brilhantes. Entre o traço rústico dos sertanistas e o desenho exato da cartografia europeia. *Dossiê Trajetórias de Geógrafos 1*. 2017. Disponível em <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2366>>. Acesso em 11.mai.2018.

ROSENDAHL, Zeny. O Sagrado e o Espaço in *Explorações geográficas: percursos no fim do Século/Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa* (Org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo, 1822*. Tradução revista e prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974a.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Tradução Milton Amado; prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Tradução Regina Regis Junqueira; prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4 ed. Itatiaia. Belo Horizonte, 1976.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Introdução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. (Coleção Mineiriana).

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico Carla Maria Junho Anastásia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Coleção Mineiriana).

VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglésias; introdução de Basílio de Magalhães. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.